

CERTIDÃO

LUÍS MANUEL MADUREIRA AFONSO, PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:

Certifica que na **Acta da Quinta Sessão Ordinária do ano de dois mil e onze/Mandato 2009-2013**, desta Assembleia Municipal, realizada no dia **dezasseis de dezembro**, no edifício do antigo Centro Cultural Municipal de Bragança, no auditório **“Paulo Quintela”**, na qual participaram **noventa e quatro membros** dos noventa e nove que a constituem, se encontram **aprovadas em minuta, as seguintes deliberações:**

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

EXPEDIENTE: Alínea n) do n.º 1 do artigo 46º. A da Lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro.

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO ENTRADA NOS SERVIÇOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTIR DE 30 DE SETEMBRO DE 2011

Data	Remetente	Assunto
03/10	Leonel Guedes - Funcionário do Parque Natural de Montesinho	Pedido da parte respectiva da Gravação áudio da Sessão da Assembleia 30 de Setembro de 2011, onde o Sr. Presidente da Câmara, referiu o nome do Exmo. Sr. Leonel
03/10	Luís Filipe Fernandes Deputado da AM	Pedido da parte respectiva da Gravação áudio da Sessão da Assembleia 30 de Setembro de 2011, onde o Sr. Presidente da Câmara referiu o nome Exmo. Sr. Luís Filipe Fernandes
10/10	Chefe do Estado-Maior do Exército – General –José Luís Pinto Ramalho	Convite para o Sr. Presidente da A.M para o dia das comemorações do Exército.
11/10	Mensageiro de Bragança	Convite para a apresentação do livro figuras notáveis e notórias Bragançanas.
12/10	Chefe do Estado-Maior e Secretário do Governo Civil de Bragança	Convida o Sr. Presidente para um Cocktail a realizar no Governo Civil de Bragança.
17/10	CMB	Abastecimento de água a Bragança
17/10	Alcídio Augusto Castanheira	Carta Educativa de Bragança
17/10	Alcídio Augusto Castanheira	Conselho Municipal Educação
17/10	Ana Guedes de Almeida	Solicitação de informações sobre Projecto Alto Sabor e Águas de TMAD
18/10	Luís Filipe Fernandes	Pedido de informação sobre Intervenção Sr. Presidente Câmara na Sessão de 30/09
20/10	STAL	Petição - Não à redução de autarquias e de

		trabalhadores
20/10	ANMP	Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2012
21/10	CMB	Orçamento participativo do Município de Bragança
26/10	Grupo Parlamentar do PCP	Acusa recepção das moções: Túnel do Marão” e “Portagens-A4”
26/10	CMB	Convocatória-Reunião Conselho Municipal Educação
27/10	Grupo Parlamentar do PCP	Segurança Rodoviária no IP4 e na construção da autoestrada transmontana
28/10	ANMP	Proposta de Lei Orçamento Estado 2012
03/11	Grupo Parlamentar do CDS/PP	Acusa recepção da Moção “ Túnel do Marão”
07/11	CMB	Informações sobre Intervenção Sr. Presidente Câmara na Sessão de 30/09
08/11	CMB	Informações sobre Projecto Alto Sabor e Águas de TMAD
09/11	Casa Civil do Presidente da República	Acusa a moção “Portagens A4” - aprovada na Sessão da AM de 30 de Setembro de 2011
10/11	CMB	Conselho Municipal de Educação
14/11	Coordenador Comissão Adm. Autárquica	Conferência–Documento Verde-Reforma Adm. Local
16/11	Ministério da Economia e do Emprego	Acusa a recepção da moção enviada relacionada com o Túnel do Marão.
16/11	Assembleia da República Comissão da Economia e Obras Públicas	Acusa a recepção da moção enviada relacionada com as Portagens da – A 4
18/11	CMB	Convite ao Exmo. Presidente da AM para participar na Recepção oficial a Sua Ex.ª o Embaixador de Israel em Portugal
21/11	Luis Filipe Fernandes	Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro
21/11	CMB	Benefícios Fiscais à Interioridade – IRC
21/11	Grupo Parlamentar do PSD	Acusa recepção da moção - Túnel do Marão
25/11	Residência do Concelho de Ministros Gabinete do Primeiro Ministro	Acusa a recepção da Moção - Túnel do Marão
25/11	Câmara Municipal de Bragança	Reavaliação da Rede Nacional de Emergência e Urgência
30/11	Mensageiro de Bragança	Convite –Apresentação do Livro “A Vida e Obra do Abade de Baçal”
30/11	Luis Filipe P. Fernandes	Solicitação de elementos – valores pagos com pareceres/estudos
30/11	José Saraiva Brinquete	Proposta de agendamento de um ponto na ordem de trabalhos da Sessão da AM de 16 de Dezembro

RELAÇÃO CRONOLÓGICA DE DOCUMENTAÇÃO EMITIDA A PARTIR DE 30 DE SETEMBRO de 2011

Data	Destinatário	Assunto
04/10	CMB	Pedido de parecer jurídico – Senhas de Presença e subsídio de transporte
10/10	Dr. Leonel Alberto Guedes	Envio da certidão relacionada com o pedido da Gravação áudio feito em 3 de Setembro
10/10	Dr. Luís Filipe Fernandes	Envio da certidão relacionada com o pedido da Gravação áudio feito em 3 de Setembro.
04/11	Presidentes de Junta de Freguesia	Conferência - Documento Verde da Reforma da Administração Local
17/10	CMB	Conselho Municipal Educação
17/10	CMB	Carta Educativa de Bragança

7/11	Luis Filipe Fernandes	Informações sobre Intervenção Sr. Presidente Câmara na Sessão de 30/09
11/10	Várias Entidades – 9	Envio da Moção “Túnel do Marão ”
12/10	Várias Entidades - 56	Envio da Moção “ Portagens –A4”
13/10	CMB	Envio Senhas de Presença e Boletins Itinerários
18/10	CMB	Solicitação de informações sobre Projecto Alto Sabor e Águas de TMAD
18/10	CMB	Pedido de informações sobre Intervenção Sr. Presidente Câmara na Sessão de 30/09
17/10	CMB	Conselho Municipal de Educação
24/10	- Palestrantes no Colóquio a realizar nos dias 14 e 15 de Novembro; - Membros da AM; - Comunicação Social; - Várias Entidades	Reabilitação urbana no contexto das novas políticas urbanísticas
08/11	Ana Almeida	Informações sobre Projecto Alto Sabor e Águas de TMAD
09/11	Coordenador da Comissão de Educação- Alcídio Augusto Castanheira	Conselho Municipal de Educação
14/11	Dr. João Almeida Dr.ª Maria José Moreno Eng. Mota Andrade	Convite para participar como palestrante na Conferência- Documento Verde da Reforma da Adm. Local
14/11	Membros da Assembleia	Convite - Conferência- Documento Verde da Reforma da Adm. Local
14/11	Comunicação Social	Convite - Conferência- Documento Verde da Reforma da Adm. Local
30/11	CMB	Solicitação de elementos – Despesas com pareceres/estudos

I - ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATOS-MEMBROS:

JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:

PSD: Joaquim Eduardo Rodrigues Queirós; Carlos Abílio Moreno; António Manuel Teixeira Batista

PS: Vanda Marisa Graças Espírito Santo; Marisa Rodrigues Gomes Alexandre; Sandra Marisa Rodrigues Valdemar

CDS/PP: Ana Cláudia Veloso Guedes de Almeida

Movimento Sempre Presente: Cristina Maria Rodrigues Afonso; José Fernando Cameirão e Armando José Morais

MEMBROS SUPLENTE CONVOCADOS:.....

PSD: Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso; Maria Natália Rodrigues Alves e António Nuno Neves Pires.....

PS: Fernando Carlos da Silva Paula; Maria Celina Silva Paula e Maria Aurora Correia

CDS/PP: António Guedes de Almeida

Movimento Sempre Presente: Hugo Manuel R. Pereira; Jorge Manuel Xavier Laranjinha e Paula Cristina Liberato Soeiro.....

PONTO 1 – ACTAS: Leitura, discussão e votação da acta da Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança/ Quadriénio 2009/2013, realizada em 30 de setembro de 2011.....

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A ACTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM ZERO VOTOS CONTRA, QUATRO ABSTENÇÕES E SESENTA E UM VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.**

----- **Fizeram declaração de voto:** Luís Filipe Fernandes e Luís Miguel Vale Fernandes Vale.

PONTO 2– PÚBLICO – Período de Intervenção. Fizeram intervenção: Sr. Leonel Guedes e Sr. Eng. Augusto Moreno

3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

----- **Bruno Veloso – Apresentou, por escrito, a seguinte**

“MOÇÃO

REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O “Documento Verde da Reforma da Administração Local”, da responsabilidade do atual governo, estabelece orientações e critérios absolutamente errados, no que à reforma administrativa do território concerne.....

Ao ignorar temas centrais como a regionalização ou um novo enquadramento dos poderes municipais, o governo amputou parte significativa do que deveria ser fundamental em matéria de reforma da gestão territorial do país.....

Por outro lado, apresentar a reorganização das freguesias como instrumento de poupança dos recursos públicos é demagógico e enganador. A despesa com as 4.259 freguesias portuguesas representa apenas 0,13% do PIB nacional. Isso revela bem que não é nesta instância da Administração que as medidas de contenção da despesa pública têm efeito.....

Esta reforma não respeita, ainda, o vínculo identitário das populações com o seu território, impondo mudanças artificiais, que desestruturam completamente as relações de eleitores e eleitos impondo, no caso concreto do nosso concelho, um redução drástica de freguesias de acordo com critérios artificiais de uma álgebra difícil de compreender e reveladora de que esta iniciativa pretende apenas efetuar um corte cego naquele que é, em muitos casos, o único elo de ligação entre o estado e as populações.

O Governo não diferencia critérios competentes para executar a reforma administrativa em contexto urbano e em contexto rural, não preservando as necessidades das populações e o papel fundamental desempenhado pelas juntas de freguesia.
Uma Reorganização Administrativa do Estado deve ser o resultado de uma reflexão inclusiva dos diversos órgãos de poder Local e das populações e não uma reorganização imposta, unilateralmente. O modelo de organização deve encontrar soluções de racionalidade, onde impere o bom senso e não contribua para a degradação social e territorial, do nosso mundo rural, já de si, desertificado.....

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Bragança delibera:.....
- Promover sessões de esclarecimento e auscultação das Assembleias de Freguesia e Populações em todas as Juntas de Freguesia do Concelho de Bragança, através dos representantes dos Partidos e Movimento Independente com representação nesta Assembleia durante o próximo mês de Janeiro.
- Dar conhecimento da mesma ao Sr. Presidente da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo, à ANMP, à ANAFRE e a todos os órgãos de comunicação social.....
O Grupo Municipal do PS,
a) Bruno Veloso”

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REPROVADA, COM VINTE E SETE VOTOS CONTRA, TRINTA E UMA ABSTENÇÃO E VINTE E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Fizeram declaração de voto os seguintes membros: João Rodrigues; Eduardo Malhão; Vítor Prada Pereira; Luís Carlos Magalhães Pires; António Guedes de Almeida; Luís Miguel Vale Fernandes Vale; Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo, Telmo Ramiro Prada Afonso e José António Saraiva Brinquete.**

----- **José Brinquete – Apresentou, por escrito, a seguinte**

“Moção

Em Maio deste ano, o Governo/PS decidiu restringir o quadro legal de atribuição de transportes de doentes (Despacho nº 7861/2011, de 17 de Maio), excluindo desse apoio os doentes considerados não urgentes pelos serviços, mesmo as situações especiais de utentes que carecem de tratamentos prolongados e continuados.....

Esta medida veio por em causa a garantia da universalidade e igualdade no acesso de todos os portugueses aos serviços públicos de saúde, como garante a Constituição da República Portuguesa. No distrito de Bragança deixaram de ser atribuídos a muitos doentes os transportes de que necessitam para acederem a consultas e tratamentos, sendo que, alguns são doentes oncológicos que ficam privados dos cuidados de saúde a que têm direito. Sem transporte estes utentes, de baixas reformas e residentes em localidades isoladas, não podem aceder às consultas e aos tratamentos de que necessitam porque não têm condições para suportar os respectivos custos. Acresce ainda que, na Comissão de Saúde da Assembleia da República, o senhor Ministro da Saúde interpelado pelo PCP disse que o Governo pensava revogar este Despacho, o que até agora ainda não aconteceu..... Porque a situação é dramática para muitos doentes, nomeadamente idosos e muitas famílias do nosso concelho, colocando em causa o direito à saúde, *A Assembleia Municipal de Bragança reunida em sessão, de 16 de Dezembro de 2011, decide:*

1. Propor ao Governo a tomada de medidas urgentes, mesmo que transitórias, que assegurem a atribuição de transporte a todos os doentes que dele necessitem, justificado clinicamente, garantindo a universalidade de acesso.

O eleito da CDU,

a) José Brinquete

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Eduardo Malhão – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

“MOÇÃO

1 - Considerando que as empresas do interior, nomeadamente das zonas fronteiriças, como é o caso das do Distrito de Bragança, caracterizadas maioritariamente por micro e pequenas empresas de estrutura familiar, competem num mercado cada vez mais global, concorrencial e competitivo, com custos de produção mais elevados comparativamente com as empresas sedeadas do lado de Espanha, onde os custos de energia são mais baixos, designadamente os combustíveis, os quais beneficiam de uma carga fiscal mais competitiva e amiga das empresas e dos consumidores,

situação recentemente agravada com o aumento de 10% no nosso país nas tarifas de electricidade e gás, só por via directa da alteração do IVA, passando este da taxa intermédia para a taxa normal;

2 – Considerando que o Distrito de Bragança por estar afastado geograficamente dos principais mercados de matérias-primas e de consumidores do país, da Europa e do Mundo, e também devido ao seu clima rigoroso e agreste e à sua topografia acidentada, próprios de zonas de montanha, como é o caso, agrava ainda mais as facturas energéticas e da logística de transportes rodoviários, situação esta extremada pela recente introdução de portagens na A-23, na A-24 e na A-25, implicando, de forma indirecta, que as matérias-primas e os produtos acabados incorporem estes acréscimos de custos no preço final, penalizando ainda mais as famílias e as empresas da região.....

2 – Considerando ainda que o actual ciclo económico marcado pela recessão, pelo aumento exponencial do desemprego, pela crise das finanças públicas e pela falta de confiança dos mercados financeiros internacionais, exige políticas em contra-ciclo de estímulo ao crescimento económico, designadamente através do desagravamento da excessiva e incomportável carga fiscal, quer para as famílias quer para as empresas, como única forma de vencermos os desequilíbrios estruturais das contas públicas e assim sairmos da armadilha do défice e do endividamento externo em que nos encontramos;

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em sessão ordinária de 16/12/2011, deliberou propor ao Governo o seguinte:

1 – A manutenção dos benefícios fiscais à interioridade em sede de IRC, como um instrumento fundamental e imprescindível para a preservação do emprego nas regiões deprimidas do interior e para a coesão social, económica e territorial;.....

2 – A adopção de políticas estruturais e fiscais para as regiões desfavorecidas do interior, que tenham um impacto directo e efectivo na economia regional, e que sejam promotoras da criação de valor económico e potenciadoras dos recursos endógenos, estimulando assim a fixação de população e de empresas, e favorecendo por esta via a criação de emprego e colocando-nos em igualdade de circunstâncias e de benefícios com outras regiões do país mais favorecidas, nomeadamente com os Açores e com a Madeira.

Mais deliberou remeter a presente moção ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Primeiro-Ministro e a todos os Grupos Parlamentares dos partidos representados na Assembleia da República.

Propõe-se ainda o envio para conhecimento e divulgação da presente moção a todas as Instituições públicas e associativas da região, bem como a todos os órgãos da comunicação social regional.....

O Grupo Municipal do PSD,.....

a) António Eduardo Fernandes Malhão”

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E TRÊS MEMBROS PRESENTES.**

----- **Fez declaração de voto o membro António Eduardo Fernandes Malhão.**

----- **António Almeida - Apresentou, por escrito, o seguinte**

“REQUERIMENTO

O Grupo Parlamentar do CDS/PP, tendo em conta os seguintes fundamentos:.....

1 – A autonomia do Órgão Assembleia Municipal de Bragança, órgão deliberativo e fiscalizador do Município de Bragança;.....

2 – O período de crise económica e de contenção na vida das pessoas, empresas e de todos os municípios de Bragança;

3 – Que a Assembleia Municipal reunida hoje, dia 16 de Dezembro/2011, assuma a sua plena autonomia e hierarquia, recomendando aos seus membros que suportem por si próprios, o custo do almoço pré-anunciado como “pago” pela Câmara Municipal - sinónimo Executivo Municipal, afastando a imagem de ser esta Assembleia Municipal um Órgão tutelado pelo actual executivo.

O Requerente,

a) António Guedes de Almeida”

----- **APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI O MESMO REQUERIMENTO SUBMETIDO A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA RELATIVA, COM UM VOTO CONTRA, SETENTA E OITO ABSTENÇÕES E DOIS VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E UM MEMBROS PRESENTES.**

----- **Fizeram declaração de voto os seguintes membros: Fernando Francisco da Silva Paula e José António Saraiva Brinquete.**.....

----- **Hugo Pereira – Apresentou, por escrito, o seguinte**

“REQUERIMENTO

----- Na medida que a Assembleia não pode alterar decisões do Executivo, a Assembleia pode alterar as suas próprias decisões.

----- Por isso pedimos a anulação da aprovação do requerimento aprovado anteriormente sobre proposta do CDS/PP.

----- Proposta apresentada pelo Movimento sempre Presente.

a) Hugo Pereira”

----- FOI RECUSADA PELO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA, A ADMISSÃO, DO REQUERIMENTO, PARA VOTAÇÃO.....

----- Bruno Veloso – Apresentou, por escrito, o seguinte

“ REQUERIMENTO

Na sequência do requerimento anterior apresentado, propõe-se que o montante pago voluntariamente pelos membros da AM no almoço de Natal, seja utilizado para oferecer a uma instituição de solidariedade social um Almoço de Natal para os mais carenciados.....

a) Bruno Veloso.”

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI O MESMO REQUERIMENTO SUBMETIDO A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REPROVADA, COM QUARENTA E CINCO VOTOS CONTRA, DEZASSEIS ABSTENÇÕES E VINTE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E UM MEMBROS PRESENTES. ..

----- Fizeram declaração de voto os seguintes membros: António Guedes de Almeida; Luís Manuel Silvestre; Fátima Renovato; António Eduardo Fernandes Malhão; Amândio dos Anjos Gomes e Vítor Prada Pereira.

----- Anibal Morais – Apresentou, por escrito, a seguinte

“Proposta

(Documento Verde – Reforma da Administração Local)

Considerando que:

a) A reforma da Administração Local é um assunto de extrema importância que irá afectar todos os cidadãos de forma direta ou indireta;.....

b) Estamos num período de discussão pública, debate e análise, na qual deverão ser produzidos e apresentados documentos orientadores e de opinião.....

A Assembleia Municipal de Bragança, reunida em Sessão Ordinária, no dia 16 de Novembro de 2011, vem ao abrigo do disposto no art. 65.º, n.º1, b) do Regimento da Assembleia Municipal, propor à Excelentíssima Mesa:.....

1. A convocação de uma reunião extraordinária para o final de Janeiro de 2012 tendo como ponto único a discussão do Documento Verde – Reforma da Administração Local.....

Os Membros da Comissão de Administração Local, Segurança e Cooperação:

a) Anibal de Jesus Raimundo Morais, Luís Vale, Raquel Grande Tomé, José Brinquete, Paulo Hermenegildo de Castro João, José João Martins Lourenço e Vítor Prada Pereira”.....

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM DOIS VOTOS CONTRA, NOVE ABSTENÇÕES E SESSENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E SEIS MEMBROS PRESENTES.

----- Fez declaração de voto o membro Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso.....

4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:.....

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.....

- ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO -

Conforme alínea e) do nº.1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 30 de Setembro de 2011, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

1.1.....

Divisão Financeira

1.1.1 - Secção de Contabilidade

Com reporte ao período acumulado a 30 de Novembro de 2011, a execução bruta do Orçamento da receita é de 76,66% (no montante de 29 .291 .142,04€), para um Orçamento da despesa paga de 75,66% (no valor

de 28 909 246,88€). De forma global, as Grandes Opções do Plano atingiram até 30 de Novembro de 2011 uma execução financeira de 60,24% (8.330.001,98€), provenientes de pagamentos do Plano Plurianual de Investimentos no montante de 7 053 996,93€ e decorrentes de pagamentos do Plano de Actividades Municipal no valor de 1.276.005,05€. As despesas foram orientadas principalmente para as funções sociais, com um valor de despesa paga de 7.228 .970,66€. O Plano Plurianual de Investimentos apresenta uma execução financeira de 58,50% e o Plano de Actividades Municipal, constituído pelas actividades mais relevantes da autarquia atingiu, até à referida data, uma execução financeira de 72,07%.

A evolução da estrutura da dívida a terceiros regista - em 30 de Novembro - uma diminuição de 2.788.752,02€, ou seja, de -18,37 pontos percentuais, comparativamente a 1 de Janeiro de 2011.

De 01 de Setembro a 30 de Novembro de 2011 foram deliberados, em reunião de Câmara, apoios financeiros para as Juntas de Freguesia no montante de 92 .269,00€, e Subsídios e Comparticipações para Associações e Instituições sem fins lucrativos no valor de 206.381,04€.

1.1.2 - Sector de Taxas, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento

No período de 1 de Janeiro a 30 de Novembro de 2011 o total da receita arrecadada foi de 894.225,54€ representando um saldo negativo de 53 793,34€ (-6,02%), comparativamente ao período homólogo.

Durante o período de 13 de Setembro a 30 de Novembro de 2011, foram abertos 27 procedimentos por Ajuste Directo e 1 procedimento por Concurso Público referentes a aquisição de bens e serviços. Tendo decorrido a fase de adjudicação de alguns procedimentos, o valor total adjudicado perfaz 557.380,94€+IVA. Em termos patrimoniais foram adquiridos e inventariados 293 bens móveis, no valor de 30 515,13€; registou-se 1 estudo, no valor de 12 250,80€; registaram-se 16 empreitadas, no valor de 7.145 .911,72€. Realizaram-se 3 escrituras de compra de prédios, no valor de 692.087,60€.

1.2 - Divisão Administrativa

- Sector de Expediente Geral e Arquivo

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal as seguintes tarefas: produção de certidões; registo e classificação de documentos, neste capítulo, de referir a entrada, de cerca de 6.100 documentos e requerimentos; foram emitidos nesse período 13 certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia. Deu-se início durante o mês de Novembro, a uma nova fase do processo de desmaterialização e gestão documental, que incidiu no registo e envio pela aplicação do atendimento da correspondência afecta ao Departamento Administrativo e Financeiro.

No âmbito do **Arquivo** foi dada continuidade à introdução de 381 registos na aplicação informática ArqHist, que se destina à gestão da documentação histórica. Este Sector prestou apoio nas seguintes tarefas: - Levantamento dos alvarás de Cemitério do Toural, em 6 livros de registos de alvarás, concretizado com a concepção de uma base de dados que permite a busca automática da informação, destinada à utilização pela Divisão de Ambiente, que passa a colaborar directamente com o Arquivo quando há necessidade de se realizarem averbamentos, passando a ser efectuados no original, evitando a dispersão de dados e mesmo a sua perda; - Tendo em vista a procura mais eficaz de informação, foi processada informaticamente a listagem dos Processos de Urbanismo existentes no Arquivo.

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos – No período em análise, esta Secção procedeu ao acompanhamento de 8 procedimentos concursais (tempo indeterminado, tempo determinado/termo resolutivo certo e incerto) e 9 processos de aposentações. Estão a decorrer 4 estágios no âmbito do PEPAL IV e 12 estágios não remunerados/ Curriculares/Qualificação Emprego/Vida Emprego. Dada continuidade ao processo de informatização dos processos individuais dos colaboradores.

- Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicação

Para além das tarefas normais de funcionamento do Gabinete, durante o período a que o presente relatório respeita, foi dada continuidade às tarefas inerentes à implementação do Projecto de Modernização Administrativa, sendo de destacar:

- Gismat: Foi dada continuidade ao projecto de revitalização das aplicações SIG, com ênfase no apoio prestado na implementação da aplicação IRM (Infra-estruturas de redes municipais).
- Gestão documental – Foi iniciado o circuito de gestão da correspondência entrada na autarquia.
- Modernização do parque informático: Decorreu a configuração e instalação de 56 equipamentos (PC's e estações de trabalho). Através da instalação destes equipamentos, distribuídos pelos diversos serviços autárquicos, o Município de Bragança moderniza uma parte significativa do seu parque de equipamento, eliminando problemas decorrentes da utilização de equipamentos obsoletos o que terá um impacto positivo no trabalho realizado pelos colaboradores da autarquia.
- RJUE: Foi feita a integração da aplicação de Urbanismo com o Portal RJUE (Regime jurídico da Urbanização e Edificação).
- Solução de printing: Procedeu-se à instalação de 18 equipamentos multifuncionais que vieram substituir grande parte do parque de impressão (são retirados cerca de 100 equipamentos). Os equipamentos instalados em rede, em locais estratégicos, podem ser acedidos pelos vários

serviços. Com esta solução reduzem-se custos e uniformiza-se o parque de impressão, cópia, fax e digitalização.

- TIC nas Escolas: No âmbito deste projecto todas as escolas sob tutela da autarquia serão dotadas de quadros interactivos, computadores com ligação à Internet, impressoras multifunções, videoprojectores, redes locais, software office, conteúdos didácticos e formação. São abrangidas 16 escolas / 43 salas de aula, através do investimento de 267.329,32€.

O principal website do Município de Bragança registou, de 1 de Outubro a 05 de Dezembro, um total de 62.176 visitas (média de 942 visitantes por dia). Os restantes endereços autárquicos foram visitados, no mesmo período, 3.751 vezes (109/dia).

Assim, o site do Museu Ibérico da Máscara e do Traje foi procurado por 1.000 cibernautas, o do Centro de Arte Contemporânea por 2.905 pessoas, enquanto que o endereço do Teatro Municipal recebeu 2.692 visitas e da Biblioteca Municipal 575.

Relativamente ao Facebook 4.245 “amigos” e 1.085 fãs seguem diariamente as actualizações do Município.

2 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E CULTURAL

2.1 –DIVISÃO SOCIOCULTURAL E TURISMO

✓ Serviço de Animação e Equipamentos Culturais

Centro de Arte Contemporânea – No Núcleo de Exposições Temporárias foi inaugurada, no dia 15 de Setembro, a exposição de José Rodrigues “Travessias do Desenho e da Escultura” que vai estar patente até 08 de Janeiro 2012. Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, encontra-se patente desde o dia 30 de Setembro a exposição “Terra Quente – Terra Fria”.

Nos meses de Setembro, Outubro e Novembro foram realizadas 28 visitas/jogo solicitadas por escolas e instituições e visitaram o espaço 4.108 pessoas.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Nos meses de 13 visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Teatro Municipal de Bragança – Durante os meses de Setembro, Outubro e Novembro realizaram-se 17 espectáculos com 22 sessões. De destacar a co-produção/residência artística com o ACE Teatro do Bolhão que culminou com a apresentação do espectáculo “Terra Quente Terra Fria” a partir da obra de Graça Morais. Destaca-se, ainda, o Festival Internacional Douro Jazz, na sua oitava edição, que este ano contou com a participação de 51 músicos de 6 países, apresentando 43 espectáculos em quatro cidades de Trás-os-Montes e Alto Douro. Realizaram-se concertos em Vila

Real, Bragança, Lamego e Chaves, no âmbito das parcerias estabelecidas já para as edições anteriores.

Bibliotecas Municipais - Continuação na indexação e catalogação do acervo documental. Nos meses em análise foi executado o tratamento técnico e catalogação informatizada de 1484 monografias e efectuada a correcção de 3436 registos. No período em questão, registou-se a presença de 6928 em todos os serviços existentes na Biblioteca. Na secção infantil foram desenvolvidas algumas actividades, tais como: desenho e pintura, projecção de filmes e hora do conto, tendo sido registada a presença de 500 crianças.

Biblioteca Adriano Moreira - Nos meses em análise registou-se a presença de 498 pessoas neste espaço.

Centro Cultural Adriano Moreira – De 14 de Outubro a 14 de Novembro estiveram patentes, no âmbito das Comemorações do Dia do Exército em Bragança, uma exposição de índole histórica evocativa das campanhas de África que recorda os 50 anos das Campanhas de África (1961-1974), um dos períodos mais significativos para a sociedade portuguesa do século XX, e uma exposição de pintura e de literatura com obras executadas ou escritas por militares ou familiares de militares.

Foram inauguradas no passado dia 3 de Dezembro as exposições temáticas “Os Diabos nas Festas de Inverno em Trás-os-Montes e Província de Zamora” e dos trabalhos dos concursos da Mascarate 2011 – V Bienal da Máscara.

Sector de Animação, Produção e Turismo - Durante o meses analisados foram atendidos 4331 turistas.

2.2 –DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE

✓ Serviço de Educação

No dia 2 de Novembro, realizou-se mais uma Reunião do Conselho Municipal de Educação, onde foram prestadas informações sobre o ano lectivo 2011/12, nomeadamente número de alunos e turmas do ensino público e do ensino privado. Foi referida a evolução positiva no que diz respeito aos alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo, revertendo o decréscimo de alunos sentido nos últimos anos.

O Sr. Dr. João Amado, responsável do Agrupamento de Exames Nacionais do distrito de Bragança apresentou os resultados dos exames nacionais no Concelho, temática importante para a análise do sucesso e insucesso dos alunos do concelho. Foi, ainda debatida a questão da acção social escolar. Neste ponto, foram apresentadas iniciativas implementadas nas escolas e procuraram-se algumas

soluções conjuntas para atenuar as dificuldades sentidas pelas famílias num período em que estão, economicamente, mais fragilizadas.

O Conselho Municipal de Educação contou com a presença do Director Regional de Educação do Norte, Sr. Dr. João Grancho que referiu a vontade de iniciar, proximamente, reuniões para debater a rede escolar no concelho.

✓ **Serviço de Desporto e Juventude**

No âmbito do projecto “Bragança Saudável, Bragança Solidária” realizaram-se as 3 últimas caminhadas do ano, nas freguesias de Rebordãos, Zoio (Refoios) e França (Montesinho), num total aproximado de 40 km, contando com 135 participantes.

No dia 1 de Outubro iniciaram-se as Classes Orientadas da Piscina Municipal com 959 inscritos nas modalidades de Natação para Bebés, Hidroginástica, Adaptação ao Meio Aquático, Aprendizagem Adultos e Crianças, Aperfeiçoamento e Competição, e iniciaram as suas actividades anuais os grupos institucionais que frequentam a Piscina Municipal no período da manhã: IPB, CHNE, APADI, CEE, ASCUT, Obra Kolping, programa “+ Idade + Saúde”, CSP dos Santos Mártires, Escola Miguel Torga e programa “Mexa-se em Bragança”.

Está em fase de preparação o Torneio de Escolas de Natação, a realizar dia 17 de Dezembro, com a participação de equipas representativas de Alijó, Chaves, Vila Real, Mirandela e Bragança.

✓ **Serviço de Acção Social**

No período que medeia entre a última sessão da assembleia municipal e o início do mês de Dezembro de 2011 realizaram-se 187 atendimentos sociais para avaliação e diagnóstico sobre diferentes situações socioeconómicas. Ainda neste período, foram realizadas 9 visitas domiciliárias no âmbito de vários processos de apoios sociais entre outras visitas regulares aos bairros sociais da Mãe d’Água, Coxa e Previdência, pertença do MB.

No decurso da intervenção no bairro social da Mãe d’Água, no âmbito da melhoria da eficiência energética, foram realizadas visitas técnicas de acompanhamento das obras e reuniões de trabalho com a participação de técnicos do serviço de acção social e da empresa adjudicatária com o objectivo de sinalização e verificação de alguns constrangimentos e o delineamento de estratégias de actuação com vista à sua resolução, bem como no sentido de efectuar um levantamento de possíveis imóveis vagos ou com ocupação irregular. Deste trabalho resultou a sinalização de alguns imóveis que apresentavam fortes indícios de se encontrarem devolutos. Foram accionados os meios

legais para recuperação da posse dos mesmos tendo em vista a sua reabilitação e o realojamento de agregados familiares que requereram e aguardam a atribuição de habitação social, processo em curso.

Foi, entretanto, iniciado o processo para actualização de rendas dos bairros sociais dado que, passadas três décadas da construção e realojamento de algumas famílias, os valores das rendas permaneceram inalterados apesar das transformações familiares e alterações socioeconómicas ocorridas, o que significa que ainda existem agregados familiares a pagar uma renda mensal de 2,00€, montante inferior à renda mínima no âmbito do Regime de Renda Apoiada - 1% do Salário Mínimo Nacional, correspondendo a 4,85€, não obstante o facto de existirem disparidades de rendimentos das famílias residentes nos bairros.

Importa referir que, desde a transferência do Património do IGAPHE para o município, o MB requalificou a área envolvente dos bairros sociais, conferindo-lhe maior atractividade e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida aos residentes, procedeu à reparação e requalificação de vários apartamentos, melhorando os seus níveis de conforto, e, presentemente, está a realizar obras em todos os blocos habitacionais do bairro social da Mãe d'Água com vista à melhoria da eficiência energética e qualidade estética. Assim, e numa óptica de justiça social e igualitária, o processo de actualização de rendas nos três bairros sociais, permitirá aos arrendatários com poucos recursos suportar uma renda adequada à sua condição económica e aos arrendatários cuja situação económica evoluiu pagar uma renda em conformidade com o rendimento per capita disponível.

Estão a ser realizados os trabalhos técnicos de implementação dos projectos imateriais “Carta Social do Concelho de Bragança”, “Guia de Boas Práticas de Intervenção social do Concelho de Bragança” e “Plataforma Informática de Monitorização de Apoios Sociais”, enquadrados na candidatura ao QREN do Programa de Acção “Nova Mãe – Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe d'Água”, e integrados nas acções 1 a 3, do EIXO II – Equipamentos sociais e dinamismo das respostas sociais, do Plano de Acção 2011 do Conselho Local de Acção Social do Concelho de Bragança. Foi já apresentado e aprovado o relatório de progresso da 1.ª fase dos trabalhos no qual se destaca a concepção do logótipo da rede social e o estudo prévio da plataforma informática, bem como a recolha da informação sobre as entidades a integrar na carta social e no guia das boas práticas.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – Divisão de Obras Municipais: Foram, neste período, abertos 6 concursos, com um valor base de

3.271.554,34€+IVA, nomeadamente:

- Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município – Fiscalização (125.000,00€); - Construção do novo espaço da feira (1.698.113,20€); - Parque Verde da Coxa (150.000,00€); - Construção do recinto de promoção e valorização de Raças Autóctones (1.155.441,14€); - Construção da Ciclovia na zona envolvente do IPB e 2.ª fase de ligação ao CCV - Trabalhos Complementares (adjudicada pelo montante de 137.470,00€).

Foram adjudicadas obras no valor de 9.797.371,50€+IVA, destacando-se o projecto de Reconversão Urbanística da zona do Forte S. João de Deus - Remodelação dos edifícios da sede do Município (9.630.091,50€).

Outras obras a decorrer: - Início das obras de requalificação de edifício para instalação de Sedes de Associações de Santa Maria; - Ciclovia do Fervença - 2.ª fase (acesso ao Centro Ciência Viva); - Ciclovia e Praça da Mãe d'Água; - Melhoria da Eficiência Energética do Bairro Social da Mãe d'Água; - Construção da Circular Interior – Troço da Mãe d'Água ; - Pavimentações no Bairro do Campo Redondo; - Recuperação de 2 edifícios no centro histórico para residências universitárias (Domus Universitária); - Execução de saneamento em Frieira, Vila Boa e Lagomar; - Pavimentação da via municipal Santa Comba de Rossas-Rebordaínhos; - Construção do Centro de Convívio do Zoio;

Assinado, no dia 05 de Dezembro o Contrato e Auto de Consignação para Reconversão Urbanística do Forte S. João de Deus e Remodelação dos edifícios da Sede do Município, tendo as obras inicio nesse dia.

3.2 - Divisão de Urbanismo – O relatório de actividades reporta ao primeiro dia útil do ano até ao final do mês de Novembro, comparando valores em período homólogo. Face aos indicadores monitorizados realça-se que do conjunto das operações sujeitas a licenciamento e a comunicações prévias, 63% destas acções reportaram-se ao espaço rural, registando-se assim um acréscimo em 6% ao que já era tendência no ano de 2010, acompanhando igualmente as emissões de licença de utilização no espaço rural, 65% no conjunto das acções.

O valor da receita apurado foi de 212.411,64€, cabendo 2153 guias emitidas, acompanhando igual tendência de decréscimo em 7,71%, face às 2333 guias emitidas em 2010.

No conjunto das operações urbanísticas, ou seja, o somatório das acções relacionadas “licenciamento e comunicações prévias”, regista-se um abrandamento de 14,51%.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1- Divisão de Águas e Saneamento

Nos meses de Setembro de Outubro foram produzidos, na Estação de Tratamento de Água de Bragança, 493.989 m³ de água . Nas análises efectuadas para verificação da qualidade da água humana, tratada na ETA de Bragança e em todos os sistemas do meio rural, e em sistemas independentes verificou-se que os parâmetros de controlo de rotina se encontravam 100 % em conformidade.

No mês de Outubro, as reservas de água na albufeira de Serra Serrada, encontravam-se apenas em 12% da sua capacidade máxima. Perante esta precária situação, foi implementado um Plano de Contingência para abastecimento de água a Bragança, tendo a operação decorrido no período de 17 a 24 de Outubro, com recurso a camiões cisterna do Município e das Associações de Bombeiros Voluntários de Bragança, Vimioso, Miranda do Douro, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor, tendo sido transportados 7.500 m³ (ou seja, o transporte de água equivalente a um dia de baixo consumo) desde Macedo de Cavaleiros a partir do sistema em alta do Azibo. O total de custos da operação foi de 61 364,82€ compreendendo os custos: combustível – 19 986,82€; motoristas – 2 650€; quilómetros – 33 444€; alimentação – 984€ e água – 4300€, significa que o custo mensal de transporte para um mês de consumo custaria cerca de 2,2 milhões de euros, superior ao estimado pela Protecção Civil Nacional (1,8 milhões de euros).

No meio rural foram executados os seguintes trabalhos: - Labiados: Substituição de conduta de água (3.000,00€ +IVA); - Freguesia do Parâmio: Conclusão da elaboração de 224 novos contratos referentes à colocação de contadores nas aldeias de Maças, Fontes Parâmio e Zeive; - Espinhosela: Em fase de conclusão a elaboração de novos contratos referentes à colocação de contadores nas aldeias de Terroso, Cova de Lua e Vilarinho; - Martim: Substituição de conduta de água (3 500,00€ +IVA).

No Sector do Saneamento executados os seguintes trabalhos: - S. Pedro de Sarracenos: Alteração da rede de saneamento para correcção do traçado (8.153,00€); - Loteamento Emílio Esteves (Campo Redondo): Detecção de ligações das águas pluviais ao colector de águas residuais; - Casa do lavrador/ciclovia da Mãe D'Água: Execução de um colector de águas pluviais; - Em fase de aprovação de estudo prévio encontra-se os projectos de saneamento para as localidades do Zeive, Maças, Vila Franca e Bragada; - Em curso os trabalhos das empreitadas de saneamento nas localidades: lote 1 – Frieira, Vila Boa e Lagomar (495 394,40 €) e lote 2 – Parâmio, Gondesende e Terroso (468 790, 99€); Foram, ainda, realizados os seguintes trabalhos: desobstrução em colectores (111); limpeza de fossas (72); mudanças de nome de clientes (399); execução de novas ligações (58); substituição de contadores (186); reparação de fugas (74).

4.2. Divisão Ambiente – No âmbito desta Divisão foram executados os seguintes trabalhos:

- Avivamento de linhas e passadeiras na cidade de Bragança, nomeadamente na Braguinha e Bairro S. João de Brito. Foram efectuados trabalhos de pintura dos estacionamento da Avenida Brigadeiro Figueiredo Sarmiento, e pinturas rodoviárias no Bairro do Pinhal e Fraga Selvagem; - No que concerne a sinalética vertical, foram efectuadas 31 reposições de sinais vandalizados, tendo sido colocados 11

sinais novos; - Desenvolvidas 5 acções de manutenção de parques infantis; - No âmbito das comemorações do Ano Internacional das Florestas, foi organizada uma exposição subordinada ao tema “Floresta para todos” que esteve patente na Norça/Norpesca/Norcastanha-2011. Esta actividade só foi possível com a participação activa de Centro de Educação Especial, e das Associações LEQUE, APADI e ASCDUT que se envolveram desde de início na proposta de integrar pessoas com necessidades especiais nas comemorações do Ano Internacional das Florestas, concebendo produtos muito interessantes com materiais provenientes da floresta; - Reeditado o flyer alusivo à Defesa da Floresta Contra Incêndios, no sentido de sensibilizar e informar a população sobre as obrigações em matéria de limpeza (gestão de combustíveis) de terrenos particulares;

- No âmbito do controlo de animais errantes, procedeu-se à captura de 128 animais. A captura destes animais contribui para a melhoria das condições de segurança e higiene pública; - Campanha de Vacinação Anti-Rábica, de Controlo de outras Zoonoses e de Identificação Electrónica, com a realização de 223 profilaxias anti-rábicas e identificados 69 canídeos; - Manutenção de todos os espaços verdes, na monda e limpeza de canteiros, limpeza de folhas, corte de relva, poda de sebes e limpeza geral dos espaços. Preparação de todos os canteiros e floreiras para plantação de flores de inverno; - O Serviço Municipal de Protecção Civil esteve presente na organização do processo relativo ao plano de contingência de abastecimento de água a Bragança, prestou apoio na elaboração do Plano de Emergência Interno da Barragem de Gostei e acompanhou todas as ocorrências de fogos florestais e urbanos do concelho de Bragança.

No dia 29 de Setembro, na cidade de Pombal, o Município de Bragança recebeu pelo 5.º ano consecutivo a Bandeira Verde, atribuída pela Associação Bandeira Azul da Europa, resultado da pontuação obtida em 2010 (55,5 %), a segunda melhor pontuação desde que o Município participa na ECOXXI, o que continua a justificar e a estimular um maior grau de envolvimento e de performance por parte do município e parceiros.

4.3- Divisão de Mobilidade e Energia

Desde Janeiro foram transportados no STUB 241.351 passageiros, correspondendo a um aumento de 0,5% relativamente a igual período de 2010. O n.º de utentes nas linhas urbanas aumentou 4,1%, enquanto que o n.º de passageiros das linhas rurais decresceu 4,0%.

Os autocarros de turismo efectuaram, desde Janeiro, 152 serviços ocasionais, transportando 4.918 passageiros tendo percorrido 28.446 Kms.

Relativamente ao Aeródromo, foi desencadeado o procedimento para aquisição de serviços de elaboração do Manual de Aeródromo, adjudicado à empresa CONSULGAL, por € 30.000,00 + IVA.

Verificaram-se, nos 11 primeiros meses de 2011, 3182 movimentos de aeronaves e 5600 embarques ou desembarques de passageiros. O que corresponde, em relação ao mesmo período de 2010, a um aumento de 9,1 % nos movimentos das aeronaves e a um aumento de 15,1 % no número de embarque e desembarque de passageiros.

No que respeita à carreira regular, verificou-se em relação ao ano de 2010, um aumento de 17,5 % no número de embarques e desembarques de passageiros (total de 4.905 passageiros) e uma diminuição de 0,6 % nos movimentos das aeronaves (total de 935 movimentos (-6 em relação ao ano de 2010)).

Estão em fase de conclusão as obras da garagem para o carro de combate a incêndios. Foi instalada internet banda larga via wireless nas instalações aeroportuárias, no sentido de facilitar a consulta eficiente dos utilizadores aos serviços essenciais, como a meteorologia, a Navegação Aérea e Instituto de Aviação Civil.

Procedeu-se à adjudicação do fornecimento de iluminação de Natal pelo montante de 39.200€ + IVA.

Outras actividades/assuntos relevantes:

- No dia 19 de Outubro realizou-se, em Bragança, o Encontro Living Lab, por onde passaram alguns dos melhores especialistas do sector da construção. A Associação para a Construção Sustentável Living Lab visa tornar a construção sustentável a prática comum e integrada, já, diversas instituições públicas e privadas a nível europeu.

- Decorreram, em Bragança, as Comemorações do Dia do Exército com a realização de um conjunto de eventos que permitiram envolver, para além de mais de uma centena e meia de representantes e principais responsáveis da área da defesa, segurança e protecção civil nacional, alguns milhares de cidadãos de Bragança e da região, destacaram-se a exposição de pintura e histórica em 14 de Outubro, um Corta-mato escolar em 19 de Outubro, com elevada participação de alunos de todas as escolas e agrupamentos da Cidade, uma Exposição Estática de Capacidades e Meios do Exército de 19 a 23 de Outubro, as Jornadas Académicas que realçaram Bragança no contexto de defesa

nacional, nomeadamente na luta desenvolvida aquando das Invasões francesas, e ainda uma Demonstração de Actividades Gimnodesportivas e um Concerto pela Banda Sinfónica do Exército no Teatro Municipal de Bragança. Estas Comemorações culminaram no dia 23 de Outubro de 2011, com a realização de uma Missa de Acção de Graças e Sufrágio, presidida pelo Bispo das Forças Armadas, D. Januário Torgal Ferreira, seguida de uma Parada e Desfile Militar, com mais de mil militares, presidida por Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar Branco. Releva-se o facto das Comemorações do Dia do Exército terem contado com o apoio do Município de Bragança e ter-se constituído também como uma oportunidade de afirmação da necessidade de coesão territorial que o País deve prosseguir.

- No dia 29 de Outubro, e pelo 5.º ano consecutivo, o Município de Bragança e os Ayuntamientos de fronteira assinaram, junto ao marco n.º 408, situado entre as aldeias de Rio de Onor e Rihonor de Castilla, a “Acta de Reconhecimento da Fronteira” relativa ao ano de 2011, que posteriormente foi remetida para a Comissão Internacional dos Limites entre Portugal e Espanha, tutelada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Acto contínuo, teve lugar a apresentação do livro “Rio de Onor, lugar de saberes e sabores”, de Fernando Costa, editado pela Câmara Municipal de Bragança e a Junta de Freguesia de Rio de Onor, que se segue ao livro editado em 2008, do mesmo autor, “Rio de Onor, viagens de memória”, significando ambas as edições uma recolha preciosa de informação e uma mais-valia de promoção da Freguesia e do Concelho de Bragança.

- No dia 16 de Novembro de 2011 decorreu no Centro de Exposições do Núcleo Empresarial do Distrito de Bragança (NERBA) o I Encontro Ibérico de Cooperação Empresarial, envolvendo empresários e associações empresariais do Distrito de Bragança e das Províncias de León, Zamora e Astorga, promovido pela Município de Bragança e pelo Consulado de Portugal em León.

Da parte da manhã mais de 60 empresários de ambos os lados da fronteira, reunidos em 3 grupos de trabalho (Indústria, Turismo e Serviços e Comércio), partilharam experiências, desafios e problemas comuns, e reflectiram sobre as formas de cooperação com o objectivo de criar melhores condições e mais coesão económica e, por esta via, contribuir para a coesão territorial da região fronteiriça.

As conclusões e reflexões finais incluem a necessidade de melhorar as acessibilidades entre Bragança – León e Quintanilha – Zamora. O Presidente do Conselho Económico e Social Dr. José Silva Penada proferiu uma conferência sob o tema “A cooperação empresarial transfronteiriça na Macro Região do Nordeste Peninsular: potencialidades e desafios”, tendo criticado a possibilidade de o Governo aumentar a taxa de IRC, aplicada às empresas do Interior, para 25%, medida que vai

“empobrecer o Interior e é necessário que este incentivo se mantenha, de forma a inverter o processo de desertificação”. Defendeu, ainda, que se podia aproveitar “a Reforma da Administração Pública para descentralizar e deslocalizar alguns serviços para outras regiões, conforme as necessidades, o que representaria mais coesão e competitividade para o País”.

No encerramento o Secretário de Estado das Obras Públicas e Transportes, Dr. Sérgio Silva Monteiro, garantiu que, relativamente às acessibilidades para as regiões do Interior, reivindicadas pelos empresários durante o Encontro, “o Governo quer colocar este assunto no centro da agenda de Portugal e de Espanha”.

- Enviada uma comunicação a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Deputados dos Distritos de Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu e outras entidades, expressando preocupação e discordância pela Revogação do Regime de Benefícios Fiscais aplicável à Interioridade previsto na Proposta de Orçamento de 2012, que em sede de IRC estabelece a eliminação de todas as taxas reduzidas aplicáveis às empresas, passando as do Interior a ser abrangidas pelo regime normal, sendo assim aplicável a taxa de imposto de 25%, o que corresponde a um agravamento do imposto em 40% ou 60% conforme a situação das empresas. Referido que esta medida será extremamente penalizador para a dinamização da economia e para a fixação de novas empresas, sendo estas fundamentais para a criação de postos de trabalho e para a sustentabilidade das regiões, e desta região de Bragança em particular, pelo que se considera que os benefícios fiscais devem ser mantidos e que outras medidas de política pública sejam encaradas para o reequilíbrio do território, nomeadamente aproveitar o processo de reforma administrativa para, estrategicamente, desconcentrar alguns serviços de Lisboa para cidades do interior que desempenham funções de equilíbrio regional.

- Nos dias 14 e 15 de Novembro decorreu, no Auditório Paulo Quintela, o colóquio sobre a temática “Reabilitação Urbana no Contexto das Novas Políticas Urbanísticas”, promovido pela Assembleia Municipal e com a presença de especialistas dessa área.

- No dia 15 de Novembro a Embaixadora da República da Polónia em Portugal, Katarzyna Skórzynka, visitou Bragança, tendo reunido na Câmara Municipal com o executivo da Câmara Municipal, os representantes da ACISB, do NERBA e do IPB para debaterem a importância e oportunidades de cooperação entre Bragança e a Polónia.

- No dia 29 de Novembro o Embaixador de Israel em Portugal, Ehud Gol, visitou Bragança, sendo recebido na Câmara Municipal, onde reuniu com o executivo e os representantes do NERBA e do Instituto Politécnico de Bragança.

- De 01 a 07 de Dezembro de 2011, decorreu a 5.ª edição da Mascararte - Bienal da Máscara subordinada ao tema “O Diabo nas festas de Inverno” e que procurou dar os primeiros passos para a recuperação da tradição do Diabo, da Morte e da Censura, que desfilavam pelas ruas de Bragança na quarta-feira de cinzas.

- No âmbito do Protocolo celebrado entre Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Município de Bragança está a decorrer, em Bragança, o “I Curso Pós-Graduado sobre Direito e Interioridade”, estando inscritos cerca de 40 alunos. Trata-se do 1.º Curso Pós-Graduado sobre Direito e Interioridade, realizado fora das instalações da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e decorre da realização dos Cursos de Direito e Interioridade realizados em Bragança em 2008, 2009 e 2010. É uma realização apoiada pela Câmara Municipal, como forma de vencer as distâncias e a interioridade da região, que tem limitado o acesso à formação pós-graduada dos cidadãos residentes no Nordeste de Portugal.

Assuntos tratados em Reunião de Câmara Municipal:

- Aprovada a proposta de edição, por parte do Município de Bragança, do livro “Grupo Desportivo de Bragança - percurso histórico 1943-2011”, em número de 500 exemplares propriedade do Município de Bragança.
- No âmbito do Processo AIA N.º 2445 – Reforço do Abastecimento de Água a Bragança, apreciação de conformidade EIA, foi aprovada por unanimidade a proposta favorável à conclusão do “Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor”, com a construção da Reserva de Água de Montesinho a enviar à Agência Portuguesa de Ambiente para consideração no âmbito da Consulta Pública. Ainda sobre esta temática foi dado conhecimento da deliberação tomada pelos municípios da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes e pela Comunidade Intermunicipal do Douro, de apoio à construção do Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor.
- No sentido de dinamizar e apoiar o comércio tradicional foi aprovada a isenção de pagamento de taxa, na primeira hora, durante o mês de Dezembro, nos Parques Subterrâneos da Praça Camões e da Praça Cavaleiro de Ferreira.
- Aprovado o orçamento e plano de actividades da Terra Fria Carnes, Lda, para o ano de 2012. Fruto do rigor e transparência na gestão da empresa e do bom desempenho dos trabalhadores, o número dos clientes aumentou no corrente ano, registando-se um aumento de actividade muito significativo a partir do mês de Março. A quase totalidade dos

talhos de Macedo de Cavaleiros são clientes bem como a Cooperativa Agro- Pecuária mirandesa que passou abater, em Bragança, a partir de Julho de 2011, os vitelos de Raça Mirandesa criados no concelho.

Comparativamente com o período homólogo do ano de 2010 (mês de Outubro) registou-se um aumento de 74,8% no abate de bovinos (254ton/445ton); um aumento de 25,7% no abate de pequenos ruminantes (25ton/32ton) e um aumento de 209,9% no abate de suínos (9ton/28ton).

A quantidade de abates efectuados até 31 de Outubro de 2011 representa um aumento de 74,8% relativamente a 2010 estimando-se que no fim do ano se atinja o montante de 603 972 Kg ou seja, mais 249 608 Kg que no ano anterior.

- Dado conhecimento da comunicação enviada ao Presidente da Comissão Nacional de Emergência e Urgência relativa à posição do Município de Bragança sobre as condições de acesso do Sistema de Saúde na Emergência e Urgência no distrito de Bragança.

Município de Bragança, 07 de Dezembro de 2011.

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil

----- Tomado conhecimento.

4.2 -DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.2.1 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2012 – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL; ..

.....Seguidamente se transcrevem **as duas propostas** da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“ I – CERTIDÃO (Primeira)

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de Novembro do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2012 – ORÇAMENTO; PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS; PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E MAPA DE PESSOAL

Pelo Sr. Presidente e em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para efeitos do disposto nos artigos 4.º e 5.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foram presentes as propostas dos documentos acima referidos, para aprovação, tendo concretizado com a seguinte apresentação:

APRESENTAÇÃO

Elaborámos o orçamento para o ano de 2012 num contexto de graves problemas orçamentais e económicos no País, situação que se prolonga no tempo e se estende à zona Euro, com sinais de elevada incerteza. Portugal passa por um dos períodos mais difíceis da sua História recente, com um programa de ajustamentos e reformas estruturais no sentido da consolidação orçamental que inclui a reorganização e redimensionamento do Estado e transformação estrutural na economia, com o desígnio de encontrar um caminho de prosperidade para o País, com melhor administração, melhor justiça, mais equidade, menores desigualdades, maior coesão social e territorial.

Neste contexto, os municípios sofrem com a redução na arrecadação de receitas próprias e nas transferências devidas por parte da Administração Central e com a maior exigência dos cidadãos face às dificuldades crescentes na quebra de rendimentos das famílias resultante do aumento dos impostos e do aumento do desemprego.

Os municípios portugueses no seu conjunto, apesar de muitas dificuldades, estão a contribuir positivamente para o esforço de consolidação das contas públicas, esforço dificultado pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais, pelo desajustamento entre o que são as atribuições e competências dos municípios e pela não consideração do que é a diferença de realidades dos municípios do interior e os do litoral, situação que se agrava desde o ano de 2007, em particular nos municípios do interior.

O Memorando de Entendimento subscrito pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, impõe nas transferências para as autarquias, uma redução de 25 % em três anos, feita a comparação com a previsão para o Orçamento de Estado para 2010 e 32% no mesmo período, se feita a comparação com o previsto na Lei das Finanças Locais. Por efeitos resultantes dos PEC e acordo com a TROIKA, ocorreu uma redução de transferências 2.05 milhões de euros comparando com o previsto no OE para o ano de 2010.

A recessão económica prevista para 2012 em 2,8% do PIB, com valores de desemprego previstos acima dos 13%, acentua os problemas nos municípios do interior, muito dependentes das transferências devidas e provenientes de impostos nacionais (IRS, IRC, IVA), com a agravante da redução nos impostos directos, redução que no 1.º semestre de 2011 se situava nos 11% para o conjunto dos municípios.

Desde o ano de 2005 que, em cada ano, o Orçamento de Estado é pior para os municípios, com redução progressiva da autonomia do Poder Local, e de asfixia financeira, que condiciona o acesso aos Fundos Comunitários necessários para ajudar a economia local. A partir do ano de 2007, as transferências da Administração Central para os municípios têm em termos relativos menos expressão, face ao aumento dos impostos nacionais, significando que o Governo Central gasta mais, reparte menos com os municípios, enquanto aumentam as competências e atribuições dos municípios, asfixiando-os financeiramente. Cita-se como um dos muitos exemplos, o transporte escolar em que o Município de Bragança gasta acima de 600 000€ e só 20% são financiados pela Administração Central.

O Município de Bragança, tem vindo desde o início declarado da crise, ano de 2008, a isentar, reduzir ou não aumentar as taxas e tarifas do município, salientando-se: isenção de aplicação de Derrama, imposto local autárquico sobre o lucro tributável das empresas, até ao limite máximo de 1,5%; no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, o Executivo Municipal, tem vindo a adoptar uma política de redução progressiva das taxas de cálculo do imposto quer para os prédios urbanos não avaliados (redução de 14,3%), quer para os imóveis urbanos avaliados (redução de 8,75%); também no âmbito da revisão/actualização do zonamento, foram revistos em baixa os coeficientes de localização e que resultou no abaixamento do valor patrimonial dos imóveis (edifícios e terrenos) e assim do valor do imposto de IMI e de IMT; não aumento de um modo geral das taxas e tarifas.

Já do lado da despesa, somos confrontados com o aumento do IVA, com particular incidência nos combustíveis e energia e que só para estas componentes de custo representam 500 000€ de agravamento nas compras, valor que sobe visto, o município adquirir muitos outros produtos em que o IVA aumentou, sendo o IVA um custo não dedutível. Somos confrontados com muitas outras despesas obrigatórias cujo custo tem aumentado, e por isso o exercício de equilíbrio está a ser feito com muita contenção e redução noutras despesas, de modo a manter o equilíbrio nas finanças do município. Em resumo temos, mais despesa pela via do aumento dos impostos, das

crecentes necessidades sociais, menos receitas transferidas pela administração central e menos receitas próprias, resultado da recessão económica e do menor orçamento disponível das famílias.

Assim, é claro que estando o orçamento do município, cada vez mais condicionado pela grave situação económico-financeira do País, nos obrigamos a continuar com uma boa gestão de optimização dos recursos, minimização do desperdício e elevada selectividade no investimento, concentrando recursos em projectos elegíveis a Fundos Comunitários.

O Orçamento da receita, no valor de 41,45 milhões de euros apresenta um crescimento de 10,58% (3,9 milhões €) relativamente a 2010, crescimento proveniente do aumento do financiamento comunitário que representa 26,63% da receita global e 51% da totalidade do investimento previsto, salientando que no PPI se prevê um valor de investimento superior em 5,06 milhões de euros relativamente a 2010.

No Orçamento da despesa corrente regista-se uma diminuição de 2,85%, apesar dos aumentos elevados nos custos, designadamente do aumento do IVA e de a despesa ter sido orçamentada por valores que consideramos muito próximos do concretizável, o que dá conta do forte exercício de redução que foi necessário concretizar. No sentido de assegurar alguma folga para fazer face a eventual diferença entre o que é o valor calculado pelas regras de previsão e a arrecadação em cenário de elevada recessão e incerteza, durante a fase de concretização do Orçamento, poderá ser adoptada uma regra de “cativação” de 5% das dotações a todos os Serviços, nas rubricas relacionadas com aquisição de bens e serviços e no investimento não co-financiado por fundos comunitários.

Prevemos a elaboração de ajustamentos nos tarifários, no sentido de serem tomadas decisões de melhoria da relação entre a receita e a despesa, relativas aos serviços de tratamento de saneamento (56,25%); de limpeza urbana, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (58,81%); do serviço de transportes urbanos (16,03%); serão revistas orientações relacionadas com a utilização do cartão de munícipe, garantindo que a todas as famílias em situação de carência económica, no sentido definido nos regulamentos municipais, beneficiarão de redução ou isenção no acesso a serviços prestados pelo município e que o desconto de 20% sobre a factura de água, saneamento e limpeza urbana continuarão a ser aplicados para as famílias de menores rendimentos e famílias numerosas.

Será promovido ajustamento ao nível do arrendamento social, considerando que desde a construção dos bairros sociais (1978 e 1982) não foram realizadas actualizações, ocorrendo que nesta data algumas famílias pagam valor excessivo para o seu nível de rendimento e outras um valor

muito baixo face ao rendimento do agregado familiar, existindo casos de rendas de 2,00€, quando o mínimo é de 4,85€, sendo a renda mensal média actual por fogo de 20,05€. Impõe-se, por razões de justiça social, proceder a ajustamentos ainda que progressivos.

Quanto à dívida do município, a previsão da dívida de Médio Longo Prazo é de 8,174 milhões de euros, registando-se uma diminuição de 14,23% face ao previsto em 2011, período homólogo. Em termos de dívida global registava-se a 30 de Setembro, uma diminuição de 12,55% relativamente a igual período de 2010. Quanto aos limites de endividamento, o município mantém uma folga considerável de 59,21% no endividamento de Médio Longo Prazo e de 81,02% em termos de endividamento líquido.

Para melhor sustentar o elevado investimento previsto, está em curso o processo de contracção de financiamento de 2,734 milhões de euros, no âmbito de Empréstimo Quadro negociado pelo Governo, designado de QREN EQ feito pelo Banco Europeu de Investimento para financiamento de operações co-financiadas pelo FEDER e FC, a aplicar se contratado durante os anos de 2012 e 2013, sendo que as amortizações de empréstimos de MLP a efectuar durante idêntico período, são de valor idêntico o que significa que o município deverá no final de 2013, estar com um nível de endividamento baixo, ou seja com valores próximo do actual.

Quanto ao património do município, o activo fixo no ano de 2011 cresceu, prevendo-se um incremento superior durante o ano de 2012 face ao investimento previsto. Já quanto às participações detidas pelo município em outras entidades, é de prever uma redução, considerando que durante o ano de 2012 deverá ser alienada a participação na empresa Município E.M., S.A., extinta a empresa Mercado Municipal de Bragança E.E.M. e a empresa, Terra Fria Carnes Lda.

O mapa de pessoal prevê 375 trabalhadores nas diferentes relações jurídicas de emprego público, enquanto no ano de 2011 previa 388 trabalhadores. Em situação de pedido de aposentação voluntária/antecipada e de pedidos de aposentação por incapacidade estão 17 trabalhadores. No ano de 2011 foi aprovada uma reorganização dos serviços, considerando o projecto de construção e requalificação urbana das instalações da sede do município, ainda não totalmente implementada, sendo previsível que durante o ano de 2012 nova reorganização parcial, ao nível das chefias face às orientações constantes da proposta de OE para 2012.

Aos trabalhadores do município continuaremos a assegurar o Serviço de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho (de reconhecida utilidade), a necessária formação profissional conforme as necessidades de evolução no serviço e muito ligadas ao processo de modernização administrativa

em curso, que pretendemos esteja consolidado até final do primeiro semestre de 2013, ano de conclusão prevista para a ocupação das novas e requalificadas instalações municipais.

As Juntas de Freguesia, com o apoio constante da Câmara Municipal realizaram uma obra extensa que marca um período de grande investimento e de elevada melhoria da qualidade de vida e bem estar das populações, investimentos e iniciativas que a população valoriza e que dão às nossas aldeias uma boa imagem de organização, de coesão de responsabilidade social e ambiental. O trabalho feito, numa relação de grande proximidade com os cidadãos tem resultado num bom aproveitamento dos escassos recursos, de um modo geral sem desperdício, atitude agora ainda mais exigente dada a incerteza do tempo presente e próximo.

A verba directamente afecta a transferências para as freguesias, superior à do ano de 2011 apesar da redução de transferências para o município e previsível redução de receitas próprias, face à elevada recessão económica, está orientada para investimentos ainda considerados como prioritários em algumas freguesias e para pequenos investimentos, se necessários, sendo sempre utilizados em complemento de recursos das próprias freguesias.

Para o movimento associativo, estão previstos alguns apoios, seja para investimento, para actividades ou funcionamento, tendo sido feita uma redução de 29,2%, valor com algum significado, considerando que no ano de 2010 já havia sido concretizada uma redução e que no valor orçamentado estão incluídas transferências para investimento a realizar na concretização do Parque de Ciência e Tecnologia. Apesar disso, será mantida uma atenção especial às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações de Bombeiros Voluntários, instituições de reconhecido e necessário apoio à comunidade e à missão de Protecção Civil Municipal.

Na elaboração do orçamento iniciou-se, este ano, um processo limitado de abertura à comunidade em geral, no sentido de obter a participação na definição de prioridades de investimento relativamente a um conjunto de pequenos projectos, processo experimental, que poderá evoluir com a experiência de participação dos cidadãos e melhor enquadramento institucional, dessa dimensão de cidadania nas opções de gestão. Um processo de orçamento participativo adquire maior relevância quando os recursos são escassos, processo que deverá ser compatível com as opções políticas democraticamente legitimadas, e que pode, se devidamente compreendido, aproximar mais a gestão dos anseios dos cidadãos.

Após a apresentação dos documentos, o Sr. Presidente solicitou aos Srs. Vereadores que se pronunciassem sobre os mesmos, tendo-se procedido à votação dos documentos previsionais

para o ano de 2012 – Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Actividades Municipal e Mapa de Pessoal.

Os documentos foram aprovados, com quatro votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Hernâni Dinis Venâncio Dias, dois votos contra dos Srs. Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes e José Leonel Branco Afonso e uma abstenção, do Sr. Vereador, Humberto Francisco da Rocha.

Pelos Srs. Vereadores foram apresentadas as seguintes Declarações de Voto:

Srs. Vereadores, Jorge Gomes e Leonel Afonso

É de todos conhecida a conjuntura económico-financeira e política em que se encontra a Europa de uma forma geral e o país em particular. Historicamente, dificuldades no país tendem a repercutir-se de forma mais vincada no nordeste transmontano e, mais concretamente, no concelho de Bragança.

Nesse sentido, de uma forma preliminar, deve enquadrar-se o orçamento para 2012 com estes contornos conjunturais, conferindo-lhe as indispensáveis especificidades de encaixe e amortecimento dos constrangimentos referidos, concomitantemente com uma componente que induza, antecipe e potencie a agilidade e a flexibilidade necessárias a uma ulterior etapa de expectável e desejável crescimento económico.

Por outro lado, em momentos desta natureza, a solidariedade não pode ser uma palavra vã, sendo que dever-se-á traduzir em atos e ser substantiva em sede de dotação orçamental. Apenas assim se concretizará um eficaz e eficiente apoio aos mais desfavorecidos e aos mais vulneráveis às vicissitudes conjunturais.

O reforço em termos absolutos e relativos das rubricas de índole social demonstraria atenção, sensibilidade acrescida e coerência com o discurso próximo passado, face ao também expectável acréscimo de dificuldades e constrangimentos, em oposição ao incompreensível reforço orçamental de rubricas direcionadas para ações que, na nossa ótica, não são conjunturalmente prioritárias, mas antes coerentes com políticas de concretização de equipamentos e estruturas que se revelaram agónicas, em alguns casos incapazes de induzir mais-valia e de relançar e consolidar a atividade económica.

Registamos também a preocupante falta de pragmatismo patente no orçamento 2012, por ausência de incorporação de conduta de severa acuidade, inscrevendo ações com elevado grau de incerteza quanto à sua concretização, designadamente no que concerne a perspectivas de encaixe financeiro.

Assinalamos a falta de indução de factores de crescimento económico e de factores anti-cíclicos na economia concelhia, que contrariem o fio condutor das políticas emanadas pelo atual governo do país, postura recriminada por diversas vozes avalizadas e oriundas de todos os sectores do leque político português. Por outro lado enveredar, apenas, em 2012 pelo início do processo de concretização de uma Área de Localização Empresarial (ALE) é demasiadamente tardio.

Assinalamos, ainda, a premência de auxiliar e de agilizar a atividade dos privados na criação de estruturas empresariais capazes de absorver a elevada capacidade técnica da massa crítica emanada das instituições de ensino superior da região.

Por considerar que os documentos que suportam o Orçamento Municipal, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades corporizam e materializam projectos em cuja concepção não participamos e não nos revemos e, por outro lado, não sustentam preocupações e linhas de força que consideramos fulcrais para o desenvolvimento, afirmação e projecção do concelho, por ausência de:

- Reforço e implementação de políticas sociais e de solidariedade;
- Pragmatismo e de visão proactiva no desenho e na consecução de políticas de crescimento e de afirmação sustentáveis para o concelho;
- Promoção de infraestruturas que assegurem a fixação e a empregabilidade de quadros técnicos e de outra mão de obra qualificada, nos diferentes sectores de actividade;
- Intervenções de revitalização do centro urbano como forma de consolidar e reestruturar o centro cívico e a identidade da cidade;
- Melhoramento das condições de mobilidade para peões e veículos e de promoção da segurança, em diversos pontos críticos, designadamente, através de redimensionamento e intervenção nas vias;

Votamos contra o Orçamento apresentado, visto que o documento é, por referência aos pressupostos supracitados, exíguo e pouco ambicioso, respondendo apenas a questões com mais de dez anos de existência, sendo que algumas respostas são já consequência de intervenções erradas da responsabilidade da maioria que, atualmente, governa a Câmara Municipal.

Sr. Vereador, Humberto Rocha

O meu sentimento em relação a este Plano e Orçamento é de frustração já que mais uma vez se assiste a um adiar de obras consecutivamente previstas neste e em anteriores planos, por motivos de obras megalómanas que não tem contribuído na proporção dos seus custos para a

resolução dos problemas das populações que deviam servir, tanto a nível do meio rural, como da Sede do Concelho.

A título de exemplo cito o seguinte projecto: Reversão Urbanística da Zona do Forte de São João de Deus, Remodelação dos Edifícios da Sede do Município”, (sem pôr minimamente em causa a qualidade do projecto) e a necessidade de alguma intervenção nesta zona, que inevitavelmente irá provocar a canalização de recursos fundamentais para a execução de várias obras que referi na declaração de voto que fiz na apreciação do Plano e Orçamento de 2011 e que peço que seja transcrita na íntegra na acta relativa a esta reunião, uma vez que as preocupações que então manifestei são hoje tão actuais, como eram há um ano atrás.

Efectivamente, e no caso concreto do projecto atrás referido, entendo, dada a situação de grave crise económica que atravessamos que a Câmara Municipal deveria repensar os timings da sua execução não só pela absorção de recursos fundamentais para a execução de outras obras, mas também pelo facto de o sector privado, parte activa neste investimento estar neste momento a atravessar enormes dificuldades.

Mais uma vez, à semelhança do ano anterior e porque os motivos se repetem, o sentido do meu voto é de abstenção. Quero no entanto deixar bem claro que a não se executarem as obras que especifiquei na declaração de voto referente ao ano de 2011 e cuja execução tem sido sistematicamente adiada pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Vereadores que compõem a maioria deste executivo, não obstante terem sido suas bandeiras em sucessivas campanhas eleitorais, denunciaremos no momento oportuno tal facto.

Transcrição da declaração de voto do Sr. Vereador, Humberto Rocha na Reunião desta Câmara Municipal realizada em 22/11/2010, de apreciação do Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Actividades Municipal para o ano de 2011.

Da leitura atenta que fiz do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos, ressaltam as seguintes ideias:

1 – São documentos globalmente pobres, numa altura de crise grave que atravessamos e em que o município devia aparecer como pólo dinamizador do Concelho;

2 – A par dos reflexos que as severas medidas de austeridade accionadas pelo governo central provocam nas receitas da Autarquia verifica-se também a cativação de parte muito significativa dos restantes recursos financeiros, para satisfação de compromissos correntes de obras anteriormente executadas, muitas delas em períodos de campanhas eleitorais, cujos benefícios para a população em geral, ainda hoje se me afiguram muito duvidosos;

3 – Não fosse o facto de nesses documentos, escasso de iniciativas e ideias novas e positivas para o Município, aparecerem algumas (poucas) excepções de obras que eu considero estritamente necessárias para o Concelho:

Projecto 8 de 2010; Projecto 79 de 2002 e Projectos 21 e 24 de 2010, do PPI para 2011, esses documentos mereceriam da minha parte um rotundo “não”.

No entanto e pelo referido no ponto anterior abstenho-me da sua votação, manifestando votos de que no próximo ano o Executivo apresente um Plano e Orçamento mais ricos em termos de iniciativa estruturante e dinamizadores do desenvolvimento local.

Espero também que algumas obras referidas nestes documentos e que tem transitado sucessivamente de ano para ano, tenham concretização em 2011, já que a não ser assim, a sua inscrição sucessiva no PPI e Orçamento mais parecem, por parte do Executivo um aliciante ao eleitorado para o momento de exercício de voto.

Sr. Vice-Presidente, Rui Caseiro

Voto favoravelmente os documentos que suportam o Orçamento; Plano Plurianual de Investimentos; Plano de Actividades Municipal e Mapa de Pessoal para o ano de 2012, por considerar que os mesmos traduzem uma política de desenvolvimento sustentado do concelho, contemplando a execução de um conjunto de investimentos e apoios financeiros necessários à melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos nossos concidadãos.

Face à situação económica e financeira que o país vive, os documentos apresentados pelo Sr. Presidente, espelham uma gestão de rigor, transparente e realista, actuando, com determinação, a nível do controle das despesas, procurando maximizar a aplicação de verbas comunitárias em investimentos fundamentais para o desenvolvimento do concelho.

Sra. Vereadora, Fátima Fernandes

Voto favoravelmente os documentos previsionais para o ano de 2012, pelas razões expostas no texto da apresentação. Tendo em conta as dificuldades económicas que o país atravessa; o decréscimo acentuado nas transferências da Administração Central e na receita municipal; o acréscimo de despesa, nomeadamente em áreas como a Educação e Acção Social, este documento apresenta-se como o orçamento adequado à actual conjuntura.

Reflecte o trabalho que tem desenvolvido ao longo dos últimos anos com uma boa gestão de optimização dos recursos, a minimização do desperdício e elevada selectividade no investimento. É apresentado de forma realista, rigorosa e transparente, traduzindo a continuidade dos objectivos estratégicos de investimento, sem descurar a preocupação dada às questões de índole social,

nomeadamente nos apoios às famílias carenciadas no âmbito da acção social escolar e, também, no apoio à melhoria das condições habitacionais.

Sr. Vereador, Hernâni Dias

Tendo em conta que o documento que apresenta o Orçamento e Plano de Actividades para 2012 é muito explícito e a justificação do Senhor Presidente não deixa dúvidas na apresentação do caminho seguro para que Bragança possa ter um futuro melhor, apresento apenas algumas ideias que me levam a, de forma particular, justificar o meu voto favorável.

Numa altura de grandes dificuldades económicas, com graves consequências para os orçamentos das famílias, das empresas e das instituições públicas, fruto do acordo com a Troika, subscrito pelo anterior governo de Portugal, o Município de Bragança veio a perder receitas significativas provenientes do Orçamento de Estado, superiores a dois milhões de euros, comparativamente com os valores do ano de 2010. Esta situação agrava-se devido ao aumento do IVA que vai ter reflexos directos no aumento da despesa, fruto da incidência do imposto sobre produtos de grande consumo no município.

No entanto, apesar do momento de grave crise económica e do corte de verbas para as autarquias, a Câmara Municipal fez uma avaliação séria das necessidades de maneira a ganhar eficiência e a concentrar esforços naquilo que é realmente fundamental para Bragança, bem evidente nos bons projectos que se pretende levar a cabo, fruto da grande capacidade do município na captação de receitas provenientes de fundos comunitários para a concretização de obras estruturantes, dos quais destaco a EcoPolis - reconversão urbanística do Forte São João de Deus, o recinto de valorização de raças autóctones, o espaço para instalação definitiva da feira e a ampliação da zona industrial das cantarias, que contribuirá para um futuro com crescimento económico e que ajudará à criação de postos de trabalho. Saliento, também, o grande esforço do município para continuar a apoiar o desenvolvimento do meio rural através da realização de obras que ajudem ao bem estar dos cidadãos, não descurando a vertente social, com relevantes investimentos nesta área, nomeadamente ao nível da habitação, na ajuda aos mais desfavorecidos.

É evidente que a CMB tem um projecto de futuro para o concelho de Bragança, com a apresentação de ideias coesas e coordenadas que constituem um rumo sério e coerente para a Bragança do futuro.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter as propostas dos documentos, para aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos das alíneas b) e o) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do disposto nos

artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 12- A/2008, de 27 de Fevereiro, e em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro .”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 29 de Novembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II - ANEXO 1 - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal/ 2012

“I – CERTIDÃO (Segunda)

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 12 de Dezembro do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“CORRECÇÃO DE DOIS PROJECTOS INSCRITOS NO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO PARA O ANO DE 2012

Pelo Sr. Presidente foi dado conhecimento que na elaboração dos documentos previsionais para o ano de 2012, não foram devidamente inscritos no PPI, dois projectos, respectivamente, o projecto n.º 1/2011 – “ECOPOLIS- RECONVERSÃO URBANÍSTICA DO FORTE S. JOÃO DE DEUS- CENTRO DE REFERÊNCIA EM CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL (EDIFÍCIOS MUNICIPAIS) ”, sendo da responsabilidade desta Autarquia, 42% da despesa do referido projecto e não 20%, conforme constava no documento inicial; e, o projecto n.º 12/2010 – “EXECUÇÃO DE REDES E INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO NAS SEGUINTE ALDEIAS: LAGOMAR, TERROSO, GONDESENDE, FRIEIRA, VILA BOA, PARÂMIO, FREIXEDA, QUINTAS DE MONTESINHO E OUTRAS”, com a inscrição de previsão de despesa no montante de 300.000,00€ para o ano de 2013, a qual não constava no documento aprovado na anterior Reunião desta Câmara Municipal realizada no dia 28 de Novembro de 2011.”

Deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de correcção dos dois projectos inscritos no PPI de 2012 e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para efeitos das alíneas b) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º, do referido diploma.

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 12 de Dezembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II - ANEXO 2 : Páginas 1 e 7 do Plano Plurianual de Investimentos

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA QUALIFICADA, COM VINTE E UM VOTOS CONTRA, UMA ABSTENÇÃO E SESENTA VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA E DOIS MEMBROS PRESENTES.

----- Fizeram declaração de voto os seguintes membros: António Guedes de Almeida e Luis Carlos Magalhães Pires.

PONTO 4.2.2 - EXTINÇÃO DA EMPRESA MMB-MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.M.

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“I -CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de Novembro do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“EXTINÇÃO DA EMPRESA MMB-MERCADO MUNICIPAL DE BRAGANÇA, E.E.M.

Pelo Sr. Presidente foi apresentada, sob proposta do Conselho de Administração do MMB – Mercado Municipal de Bragança E.E.M., o Relatório Final elaborado pela empresa “Gestluz-

Consultores”, documento previamente distribuído aos Srs. Vereadores, e que apresenta um plano de reorganização de processos e funções do Mercado Municipal de Bragança, E.E.M. e que expõe nomeadamente:

1. Caracterização económica e financeira do Mercado Municipal de Bragança, E.E.M.;
2. Caracterização económica e financeira das Feiras Municipais e Regionais;
3. Enquadramento sócio - económico de Bragança e Trás-os-Montes;
4. Enquadramento sectorial de Bragança e Trás-os-Montes;
5. Cenários de desenvolvimento futuro;
6. Conclusões;
7. Plano de acção; e
8. Anexos.

Em Reunião do Conselho de Administração de 24 de Novembro de 2011, foi deliberado propor à Câmara Municipal de Bragança, para se pronunciar sobre o Plano de Acções proposto no Estudo que recomenda:

“1. Extinção da empresa Municipal que gere o Mercado Municipal, a MMB Mercado Municipal de Bragança E.E.M., salvaguardando-se nos termos da lei geral e da lei específica que regula as empresas municipais o processo que leve à:

- Migração dos actuais quadros compostos por um gestor, um fiscal e três auxiliares de limpeza, para os quadros da Câmara Municipal de Bragança, nas categorias compatíveis com os actuais, e mesmas condições salariais;
- Transferência de propriedade dos equipamentos para a Câmara Municipal de Bragança;
- Liquidação da dívida a fornecedores e transferência de activos e passivo bancário para a Câmara Municipal de Bragança;
- Extinção da empresa.

2. Migração de processos de suporte da MMB para os serviços da CMB, (Departamento Administrativo e Financeiro, Departamento dos Serviços Municipais e Departamento de Obras e Urbanismo).”

Assim proponho, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 44.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, conjugado com o artigo 30.º dos Estatutos da MMB- Mercado Municipal de Bragança, E.E.M., deliberar sobre a sua extinção, liquidação do passivo da Empresa a fornecedores, transferência do passivo à banca e do activo da Empresa para o Município de Bragança e a

integração dos trabalhadores da Empresa no Mapa de Pessoal Municipal, após a extinção da mesma.

Em anexo Balancete Geral da Empresa, datado de 30 de Setembro de 2011, Relação dos Postos de Trabalho e Relatório da Auditoria, reportado a 30 de Junho de 2011.

Proponho ainda, que a proposta apresentada seja submetida à Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 44.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter, para aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 44.º, da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro.

Intervenção dos Srs. Vereadores, Jorge Gomes e Leonel Afonso

Os Srs. Vereadores apresentaram a seguinte Declaração de Voto:

A decisão da CMB em encerrar o velho mercado da Praça Camões, determinou a construção do actual, através do estabelecimento de uma parceria com a SIMAB, para o efeito.

A CMB preconizava (conforme sítio na internet), a quando da tomada de decisão de construção, que *“um dos desafios do novo Mercado Municipal de Bragança será tornar-se líder na oferta de soluções para a economia da região. Através de produtos do agricultor para o consumidor, aliado a uma gestão e articulação de espaço, inovador, que possa, num só local, satisfazer com elevada qualidade, o grau de exigência, cada vez maior, de todos os seus potenciais utilizadores, dinamizando, assim, a economia da região”*.

Sem aprofundar a análise, é perceptível que, tais objectivos não foram atingidos, não se conseguindo sequer uma aproximação que fosse, visto que a criação da MMB - Mercado Municipal de Bragança, EM sempre foi desajustada às necessidades da cidade e do concelho e, com localização sempre, muito contestada, a empresa adoptou um modelo empresarial desadequado.

A tipologia construtiva, a arquitectura e a filosofia económica que presidiu à construção da infra-estrutura, denominada de *“mercado de 3ª geração”*, não serve as funções de mercado tradicional de frescos (no interior do edifício) nem dispõe dos requisitos essenciais para o sector, para além de dispor de exiguidade de oferta de espaços de comercialização de carne e de peixe (3 de cada).

A política de empresarialização da Câmara redundou em fracasso estratégico, facto indubitável que tem que ser assumido, sem dramas, com naturalidade, e de onde se devem retirar as devidas ilações e consequências políticas.

Os défices de exploração foram sucessivos, desde a criação da empresa, tendo-se verificado em 2010, nos termos do Relatório de Contas e do Relatório de Auditoria, uma diminuição de 2,83% na redução do volume de negócios. A forma de suprimento adoptada foi sempre a mesma – aumento de capital – o que mereceu a nossa oposição, até porque, no caso vertente, a forma de subsídio era a desejável para colmatar o défice anual de exploração.

O estudo elaborado pela Gestluz, por um lado, focaliza-se na tentativa de encontrar o rumo económico da região e, por outro, centra-se no diagnóstico da empresa, sendo, porém, redutor no que concerne às hipóteses elencadas e aos possíveis cenários de exploração.

No entanto, e com o intuito de contribuir para a resolução do problema dos sucessivos aumentos de capital e dos consecutivos défices de exploração da MMB, EM, votamos favoravelmente a proposta de extinção da empresa e de incorporação no património Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 29 de Novembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

II – Anexos :

Anexo 3- Postos de Trabalho do MMB; Anexo 4 - Balancete Geral (analítico) e

Anexo 5 - Relatório de Auditoria

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE, ESTANDO MOMENTANEAMENTE OITENTA MEMBROS PRESENTES.

4.3 – TOMADA DE CONHECIMENTO E DISCUSSÃO sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:

4.3.1 - BRIGANTIA ECOPARK - PROPOSTA DE AUMENTO DO FUNDO SOCIAL PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA;

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e oito de Novembro do ano de dois mil e onze, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“BRIGANTIA ECOPARK - PROPOSTA DE AUMENTO DO FUNDO SOCIAL PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte proposta elaborada pelo Departamento Administrativo e Financeiro e que a seguir se transcreve:

1 - A Câmara Municipal de Bragança, deliberou, em Reunião Ordinária realizada no dia onze de Agosto de 2008, aprovar a Adesão do Município à ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK - PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, aprovar os Estatutos e Projecto do respectivo Regulamento Interno.

A Assembleia Municipal em Sessão Extraordinária, realizada no dia oito de Setembro de 2008, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal, que o Município de Bragança integrasse aquela Associação.

A referida Associação, visa contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior.

A Assembleia Geral é o Órgão Deliberativo e é constituído por todos os associados em pleno gozo dos seus direitos sociais.

De acordo com o n.º 1 de artigo 22.º dos Estatutos, “o fundo social é constituído por Unidades de Participação (UP), com o valor nominal de 500,00€ (quinhentos euros) cada uma, e realizado do seguinte modo:

2. A UP constitui e corresponde a uma quota mínima indivisível para efeitos de subscrição do património associativo.

3. O fundo social poderá variar mediante a entrada ou saída de associados ou o reforço da participação dos associados já inscritos.”

O Regulamento Interno estabelece, na Cláusula Quarta que:

“1. O fundo social inicial é de € 159 000,00 (cento e cinquenta e nove mil euros), distribuídos por 318 Unidades de Participação (UP), subscritas do seguinte modo:

- a) O Município de Bragança, que subscreve 200 UP (100 000,00€ - cem mil euros);
- b) O Instituto Politécnico de Bragança, que subscreve 100 UP (50 000,00€ - cinquenta mil euros);
- c) O Município de Vila Real, que subscreve 4 UP (2 000,00€ - dois mil euros);
- d) A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que subscreve 4 UP (2 000,00€ - dois mil euros);
- e) A Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – PortusPark, que subscreve 10 UP (5 000,00€ - cinco mil euros).

2. O Município de Bragança garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% das UP, do património associativo.

3. Fica expressamente vedada a transmissão de UP entre os associados.

4. Os associados que abandonem a ASSOCIAÇÃO não têm o direito de repetir as UP que tenham subscrito, sendo porém responsáveis por todos os pagamentos que lhe sejam imputáveis e se encontrem em dívida, relativos ao período em que foram associados.”

2- A Assembleia Geral da ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK reuniu, extraordinariamente, no dia quinze de Novembro de 2011, para analisar e votar uma proposta de aumento do fundo social, a subscrever pela Câmara Municipal de Bragança e pelo Instituto Politécnico de Bragança, nos termos do número 3 do artigo 22.º dos Estatutos “no sentido de serem satisfeitos compromissos vencidos com empresas fornecedoras, visto o primeiro pedido de pagamento, justificativo da despesa no âmbito da candidatura de financiamento ao QREN, só poder ser realizada após a elaboração do auto de consignação dos trabalhos de construção do Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia Ecopark, processo este em fase de contratação pública”.

Nestes termos, foi aprovada a seguinte proposta:

- a) Reforço de 200 Unidades de participação (UP), no valor nominal de 100.000,00€ (cem mil euros), a subscrever pelo Município de Bragança; e
- b) Reforço de 100 Unidades de participação (UP), no valor nominal de 50.000,00€ (cinquenta mil euros), a subscrever pelo Instituto Politécnico de Bragança.

Assim, o Município de Bragança passa a subscrever 400 UP correspondente a 200.000,00 e o Instituto Politécnico de Bragança passa a subscrever 200 UP, correspondente a 100.000,00€ (cem mil euros).

A proposta apresentada respeita a regra de detenção maioritária do património social da ASSOCIAÇÃO pelo Município de Bragança, estabelecida no número 2 da Cláusula 4.ª do Regulamento Interno da Associação - O Município de Bragança garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% das UP, do património associativo, - no entanto é necessário proceder à alteração do n.º 1 e alíneas a) e b) da cláusula 4.ª, do respectivo Regulamento que reporta à composição do fundo social.

De acordo com a proposta aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia quinze de Novembro de 2011, a Cláusula Quarta do Capítulo II do Regulamento Interno da Associação passará a ter a seguinte redacção:

CAPITULO II

PATRIMÓNIO

Cláusula Quarta

Fundo social inicial

1. O fundo social inicial de 309 000,00€ (trezentos e nove mil euros), distribuídos por 618 Unidades de Participação (UP), subscritas do seguinte modo:

a) O Município de Bragança, que subscreve 400 UP (200 000,00€ - duzentos mil euros);

b) O Instituto Politécnico de Bragança, que subscreve 200 UP (100 000,00€ - cem mil euros);

c) O Município de Vila Real, que subscreve 4 UP (2 000,00€ - dois mil euros);

d) A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que subscreve 4 UP (2 000,00€ - dois mil euros);

e) A Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – PortusPark, que subscreve 10 UP (5 000,00€ - cinco mil euros).

2. O Município de Bragança garantirá em qualquer circunstância, e a todo o tempo, pelo menos a subscrição nominal de 51% das UP, do património associativo.

3. Fica expressamente vedada a transmissão de UP entre os associados.

4. Os associados que abandonem a ASSOCIAÇÃO não têm o direito de repetir as UP que tenham subscrito, sendo porém responsáveis por todos os pagamentos que lhe sejam imputáveis e se encontrem em dívida, relativos ao período em que foram associados.

Considerando que, a Assembleia Municipal em Sessão Extraordinária realizada no dia oito de Setembro de 2008, autorizou o Município de Bragança a integrar a ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK, aprovando simultaneamente os Estatutos e o Regulamento Interno, é agora competente a Câmara Municipal para aprovar um reforço do fundo social, nos termos expressamente previstos nos Estatutos da mesma.

Assim, propõe-se, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 22.º dos Estatutos da ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRIGANTIA ECOPARK, a aprovação do aumento do fundo social através de um reforço de 200 Unidades de participação (UP), no valor nominal de 100.000,00€ (cem mil euros), a subscrever pelo Município de Bragança, passando o mesmo a deter 400 UP no valor nominal de 200 000,00€ (duzentos mil euros).

Mais se propõe que, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, se dê conhecimento à Assembleia Municipal.”

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o aumento do fundo social através de um reforço de 200 Unidades de participação (UP), no valor nominal de 100.000,00€ a subscrever pelo Município de Bragança, passando o mesmo a deter 400 Unidades de Participação (UP), no valor nominal de 200 000,00€.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dar conhecimento à Assembleia Municipal, nos termos do previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 29 de Novembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Tomado conhecimento.**

4.3.2 – AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO – DECISÃO DA NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR.

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

“CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento Administrativo e Financeiro do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro de Outubro do ano de dois mil e onze, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Jorge Manuel Nogueiro Gomes, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Humberto Francisco da Rocha, Maria de Fátima Gomes Fernandes, José Leonel Branco Afonso e Hernâni Dinis Venâncio Dias, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL RODOVIÁRIO – DECISÃO DA NÃO ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR

Pelo Sr. Presidente foi presente a seguinte informação elaborada pelo Gabinete Jurídico e que a seguir se transcreve:

Sobre o assunto em epígrafe, foi solicitado ao Gabinete Jurídico, pela Exma. Directora do Departamento Administrativo e Financeiro parecer sobre a proposta de não adjudicação/revogação da decisão de contratar do procedimento concursal – Ref.ª n.º 2/2011-DF e de lançamento dos procedimentos de aquisição de combustível rodoviário para o presente ano e para o ano subsequente, que a seguir se transcreve:

Analisado o processo cumpre emitir parecer

Enquadramento fáctico – jurídico

1. A adjudicação é o acto administrativo pelo qual a administração aceita e escolhe uma das propostas apresentadas e indirectamente individualiza o concorrente com o qual o contrato será celebrado (necessariamente aquele que apresentou a proposta escolhida).

2. A decisão de adjudicação é um acto predominantemente vinculado quanto à sua emissão, no sentido em que só pode não ter lugar nos casos enunciados taxativamente no artigo 79.º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

3. No caso em apreço, a proposta de decisão de não adjudicação teve por base o preceituado na al. c), do n.º 1 do artigo 79.º do CPP e fundamenta-se na “...necessidade de alterar aspectos fundamentais das peças do procedimento, nomeadamente através da definição de uma data de referência que servirá de base à fixação do preço das propostas...”

4. Dispõe a alínea c) do n.º 1 do artigo 79.º do CPP “ Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspectos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas:”

5. Estipula por seu turno o n.º 4 do mesmo artigo “A decisão de não adjudicação, bem como os respectivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.”

6. A apreciação do fundamento legal da decisão de não adjudicação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 79.º, envolve o exercício de margem de livre decisão por parte da entidade pública contratante, mas a decisão deve ser devidamente fundamentada.

7. Reportando-nos ao caso em análise, somos de parecer que a proposta de não adjudicação encontra sustentação jurídica na alínea c) do n.º 1 do artigo 79.º do CCP e cumpre os requisitos de fundamentação legalmente exigido pelo artigo 125.º do CPA.

8. A decisão de não adjudicação com base no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 79.º do CPP, determina ou legitima a decisão de revogação da decisão de contratar (artigo 80.º do CPP).

9. Revogada a decisão de contratar, não se vislumbra impedimento legal à utilização do procedimento de ajuste directo para aquisição do combustível rodoviário até ao termo do presente ano, desde que seja **salvaguardado o disposto no n.º 2 do artigo 113.º do CPP**: “ Não podem ser convidadas a apresentar propostas entidades às quais a entidade adjudicante já tenha adjudicado, no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, na sequência de ajuste directo adoptado nos termos do disposto na alínea a) do artigo 19.º, na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º ou na alínea a) do n.º 1 do artigo 21.º, consoante o caso, propostas para a celebração de contratos cujo objecto seja constituído por prestações do mesmo tipo ou idênticas às do contrato a celebrar, e cujo preço contratual acumulado seja igual ou superior aos limites referidos naquelas alíneas.”

10. Finalmente, o recurso por parte do Município, enquanto entidade voluntária, à Agência Nacional de Compra Públicas, E.P.E. (ANCP), para contratação do fornecimento ou aquisição de bens móveis, incluindo combustíveis rodoviários, está legalmente previsto nos artigos 260.º e segs do CPP.

Proposta

Termos em que se propõe a adopção do procedimento proposto pelo Júri do Concurso, salvaguardado o disposto no n.º 2 do artigo 113.º do CPP.

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a decisão de não adjudicação com base no disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 79.º do CPP, que determina ou legitima a decisão de revogação da decisão de contratar (artigo 80.º do CPP), de acordo com a informação prestada pelo Gabinete Jurídico.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dar conhecimento à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 29 de Novembro de 2011.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier”

----- **Tomado Conhecimento**.....

4.4 – A solicitação do Grupo Municipal da CDU, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, DISCUSSÃO SOBRE “O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO DE BRAGANÇA – DINAMIZAÇÃO DAS ÁREAS: ECONÓMICA, SOCIAL, CULTURAL E AMBIENTAL”.....

----- **José Brinquete – Apresentou, por escrito, a seguinte**

**“PROPOSTA/RECOMENDAÇÃO
BRAGANÇA CAPITAL DO NORDESTE TRANSMONTANO!**

Considerando que o concelho de Bragança:

- Vive uma acentuada depressão económica e social patente nos níveis de desemprego, nos altos índices de envelhecimento da população, nas dificuldades de fixação dos jovens, etc.;
- Continua a não registar níveis satisfatórios de crescimento demográfico, com vista a garantir o seu futuro;.....
- Ao nível do tecido económico urbano e rural vive uma crise efectiva que afecta sobretudo, de forma mais acentuada, a agricultura, o comércio e os serviços.
- Tem reunido todas as condições para dar um forte impulso ao sistema produtivo, aproveitando todas as potencialidades, designadamente: no conhecimento, investigação e cultura; na indústria; na agricultura; no sector agro-industrial; no turismo; no comércio e nos serviços.

A Assembleia Municipal de Bragança reunida, em 16 de Dezembro de 2011, decide aprovar a seguinte recomendação:

1. **Que o Executivo da Câmara Municipal de Bragança, envolvendo as demais entidades, delineie e defina, a breve prazo, Linhas Estratégicas que visem o Desenvolvimento Sustentado do concelho de Bragança.**

O Eleito da CDU,

a) José Brinquete”

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA PROPOSTA SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO APROVADA, POR MAIORIA RELATIVA, COM DOIS VOTOS CONTRA, QUARENTA E UMA ABSTENÇÃO E TRINTA E CINCO VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SETENTA E OITO MEMBROS PRESENTES.....

4.5 – A solicitação do Grupo Municipal da CDS/PP, com vista ao exercício da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do Art.º 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção introduzida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e Art.º 18.º do Regimento da Assembleia Municipal de Bragança, DISCUSSÃO SOBRE “AS TAXAS E ÍNDICES INCIDENTES NA FACTURA DE ÁGUA AO CONSUMIDOR NO CONCELHO:
a) INCIDÊNCIA SOBRE A ESPECIFICIDADE COMO TAXA NO DESIGNADO “ QUOTA DE DISPONIBILIDADE;
b) O PRINCÍPIO DO CONSUMIDOR/PAGADOR E O CUSTO DA ÁGUA PAGO NO MEIO RURAL”

----- **António Almeida – Apresentou, por escrito, a seguinte**

“MOÇÃO

----- O Grupo Municipal do CDS/PP, no âmbito da discussão do ponto 4.5 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de Bragança, proposto pela referida força política, após discussão sobre as “taxas e índices incidentes na factura da água aos consumidores no Concelho”, apresenta a seguinte Moção e com os fundamentos seguintes:

1 – Da discussão e em confronto com a facturação, verificando tratar-se o índice “quota de disponibilidade” de uma tarifa fixa a que não corresponde qualquer prestação de serviço por parte da Câmara para ser considerada “taxa” e antes uma tarifa descaracterizada na sua especificação legal – atípica – a Assembleia Municipal delibera:

- Que o referido índice “quota de disponibilidade”, seja retirado da facturação emitida pela Câmara Municipal aos seus consumidores no Concelho”

O Requerente,
a) António Guedes de Almeida”

----- APÓS ANÁLISE E DISCUSSÃO FOI A MESMA MOÇÃO SUBMETIDA A VOTAÇÃO, TENDO SIDO REPROVADA, COM QUARENTA E UM VOTOS CONTRA, TREZE ABSTENÇÕES E ONZE VOTOS A FAVOR, ESTANDO MOMENTANEAMENTE SESENTA E CINCO MEMBROS PRESENTES.....

----- Fez declaração de voto o membro António Guedes de Almeida.....

**PRESENCAS: Seguem-se as
presenças e faltas dos membros que constituem a**

A – Assembleia:

I – PRESENÇAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Madureira Afonso

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Madalena Morais Morgado

2 – Membros:

Adriana da Conceição Vilares Angélico
Amândio dos Anjos Gomes
Ana Cristina de Carvalho Alves Botelho
Anibal de Jesus Raimundo Morais
António Almeida Dionísio
António Eduardo Fernandes Malhão
António Manuel Pereira
António Nuno Neves Pires
Cândido Vaz Alves
Domingos Moura dos Santos
Élia Fátima Moreira Ferreira Cordeiro
Isabel Maria Lopes
João Paulo da Veiga Matos
José Alberto Moutinho Moreno
Maria Eugénia Cerqueira Barreira Afonso
Maria Natália Rodrigues Alves
Maria Teresa
Nuno Filipe Machado Reis
Pedro Luís Esteves Fernandes
Vânia Alexandra da Silva Rodrigues

PARTIDO SOCIALISTA

Alcídio Augusto Castanheira
Alzira da Conceição Bento
Bruno Viriato Gonçalves Costa Veloso
Dinis Manuel Prata Costa
Fernando Carlos da Silva Paula
João Batista Ortega
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Maria Aurora Correia
Maria Celina da Silva Paula

Maria de Fátima Renovato
Vítor Prada Pereira

MOVIMENTO SEMPRE PRESENTE

Agostinho Gonçalves Esteves
Hugo Manuel Rodrigues Pereira
Jorge Manuel Xavier Laranjinha

José João Martins Lourenço
Manuel Agostinho Pires Diz
Normando dos Santos Lima
Paula Cristina Liberato Teixeira Soeiro

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

José António Saraiva Brinquete

CENTRO DEMOCRATICO SOCIAL/ PARTIDO POPULAR

António Guedes de Almeida

BLOCO DE ESQUERDA

Luis Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Alfaião	João Adriano Rodrigues
Aveleda	José Carlos Fernandes Valente
Babe	Alberto Manuel de Sousa Pais
Baçal	João Luís Correia Rodrigues
Calvelhe	Ernesto Augusto Morgado Gomes
Carragosa	Jorge Augusto Ala
Carrazedo	César Luís Gonçalves
Castrelos	Henrique Manuel Pires (Substituto)
Castro Avelãs	José Vicente Fernandes
Coelhoso	Paulo Manuel Almeida da Veiga
Deilão	Manuel Benites Inácio
Donai	Luís Aníbal Rodrigues Martins
Espinhosela	Telmo Ramiro Afonso
Failde	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
França	Amândio dos santos Costa
Gimonde	João Victor Alves

Gondesende	Anibal Gilberto Rodrigues Afonso
Gostei	Carolina de Jesus Fernandes
Grijo Parada	Maria Helena Santos Branco
Izeda	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
Macedo do Mato	João Nascimento Fernandes
Meixedo	Luís Urbano Gonçalves
Milhão	Raquel Grande Tomé
Noguera	José António Prada
Outeiro	João Manuel Dias Sardinha
Parada	Norberto Santos Costa
Parad. Nova	Domingos António Seca
Parâmio	José Augusto Afonso
Pinela	António Jorge Brás Pires
Pombares	Afonso Augusto Pires Domingues
Quintanilha	José Carlos Rodrigues Fernandes
Quintela de Lampaças	Vítor Manuel Costa
Rabal	Paulo Hermenegildo de Castro João
Rebordainhos	Albino Alves Rodrigues
Rebordãos	Adriano Augusto Correia Rodrigues
Rio de Onor	António José Preto
Rio Frio	Humberto Amândio Garcia
Salsas	Filipe Osório Caldas
S. Pedro	António Carlos Sá
Samil	Eduardo Joaquim Portela
Santa Comba	Elídio Alexandre Morais
Rossas	
Santa Maria	Jorge Manuel Esteves Oliveira Novo
São Julião	Elias dos Santos Vara
Sendas	Dinis Augusto Dias Pinela
Serapicos	Armando Augusto Venâncio Dias
Sortes	Juvêncio Alves de Carvalho
Zoio	Helder Jorge dos Santos

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

Carlos José Cadavez
José Luís Baltazar
Rui Fernando Rodrigues Correia

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Sé Paulo Jorge Almendra Xavier (justificada)
Mós Anselmo Anibal Martins

B- CÂMARA PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes

Vereadores: Rui Afonso Cepeda Caseiro
Humberto Francisco da Rocha

----- Por ser verdade e me ter sido pedida, mandei passar a presente certidão que depois de achada conforme, vai ser assinada e autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Assembleia Municipal de Bragança, 22 de dezembro de 2011